



INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E TECNOLOGIA DE SANTARÉM

O IMPACTO DA CORRUPÇÃO NA ECONOMIA PORTUGUESA:
EVIDÊNCIA EMPÍRICA NO PERÍODO ENTRE 1996 A 2016

Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças

Flávia Sofia Fonseca Madeira

Orientador: Doutor António José Santos Morão Lourenço

Outubro, 2018

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, Doutor António José Santos Morão Lourenço por toda a sua disponibilidade e ajuda na elaboração da presente dissertação.

De seguida gostaria de agradecer aos meus pais, Rui Madeira e Cristina Fonseca e ao meu namorado Nuno Madeira por toda a ajuda e apoio incondicional ao longo do meu percurso académico e por me terem incentivado a não desistir dos nossos sonhos.

Por último gostaria de agradecer à Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém e a todo o pessoal docente e não docente presente nesta instituição por tudo o que me ensinou.

Índice

Agradecimentos	ii
Índice de Figuras	iv
Índice de Tabelas	v
Abreviaturas.....	vi
Resumo	vii
Abstrat	viii
Capítulo I: Introdução.....	1
Capítulo II: Corrupção.....	4
2.1. Definição e Origem da Corrupção.....	4
2.2. Corrupção em Portugal.....	8
Capítulo III: Revisão da Literatura.....	14
Capítulo IV: Dados e Metodologia.....	23
4.1. Caracterização da Amostra.....	23
4.2. Metodologia.....	23
4.3. Definição das Variáveis Utilizadas	24
4.4. Hipóteses a Testar.....	27
4.5. Literatura que sustenta as hipóteses a testar	28
Capítulo V: Análise de Resultados.....	32
Capítulo VI: Conclusão	39
Capítulo VII: Limitações do Estudo.....	41
Capítulo VIII: Perspetivas de Investigações Futuras.....	41

Índice de Figuras

Figura 1- Pirâmide das três prioridades estratégicas da Transparency International	6
Figura 2- Relatório da Transparência Internacional 2016	9
Figura 3 - Relatório da Transparência Internacional sobre a Corrupção 2016.....	10
Figura 4- Percentagem de Pessoas que consideram a Corrupção como um dos grandes problemas do seu País	11

Índice de Tabelas

Tabela 1- Descrição das variáveis, unidade de medida e respetiva fonte.....	26
Tabela 2- Descrição das variáveis usadas e respetivos sinais esperados.....	31
Tabela 3- Matriz de correlação das variáveis independentes	33
Tabela 4- Estatística Descritiva	34
Tabela 5- Estimativa OLS	35
Tabela 6- Regressão Linear (variáveis estatisticamente significativas e outras).....	36
Tabela 7 - Comparação entre o sinal esperado e o sinal obtido	38

Abreviaturas

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPC – Índice de Perceção da Corrupção

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PIB – Produto Interno Bruto

PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo

TIAC - Transparência e Integridade, Associação Civil

A corrupção é um fenómeno que afeta todos os países e determinantes do crescimento económico assumindo-se como uma forma de assegurar a riqueza através de meios ilegais para ganhos privados.

Apesar das óbvias dificuldades em medir a corrupção uma vez que, tais atos ocorrem de forma silenciosa e sem levantar suspeitas não impediram que vários empresários, bancos, multinacionais e académicos tentassem fazê-lo tal como, defendido por Faria e Ahmadi – Esfahani (2007) através dos seus diversos estudos, sobretudo no que diz respeito ao efeito da corrupção no crescimento económico.

O presente trabalho procura contribuir para a literatura sobre o tema aplicado ao caso português tendo por objetivo analisar o impacto da corrupção na economia portuguesa entre o período de 1996-2016.

Neste estudo foi realizada uma análise empírica tendo por base a variável dependente, taxa de crescimento do PIB *per capita* em Portugal e onze variáveis independentes de crescimento económico nas quais se incluem, o nível de ensino básico, o nível de ensino secundário, a população ativa, a estabilidade política, a abertura ao comércio externo, o rácio investimento/PIB, o índice de perceção da corrupção, a carga fiscal, a despesa pública, o consumo público e a inflação.

Os resultados obtidos com este trabalho permitem concluir que a corrupção afeta negativamente o crescimento económico português tal como, defendido pela maior parte da literatura empírica e por alguns autores como, Mauro (1995), Mo (2001) e Lambsdorff (2003).

Palavras – Chave: Corrupção; Crescimento Económico, Transparência Internacional

Corruption is a phenomenon that affects all countries and determinants of economic growth by assuming it as a way of securing wealth through illegal means for private gain.

Despite the obvious difficulties in measuring corruption, since such acts occur silently and without raising suspicions, they did not prevent several entrepreneurs, banks, multinationals and academics from attempting to do so, as advocated by Faria and Ahmadi-Esfahani (2007) through its various studies, especially with regard to the effect of corruption on economic growth.

This paper aims to contribute to the literature on the subject applied to the Portuguese case with the objective of analyzing the impact of corruption in the Portuguese economy between the period 1996-2016.

In this study, an empirical analysis was carried out based on the dependent variable, per capita GDP growth rate in Portugal and eleven independent variables of economic growth, including the level of basic education, the level of secondary education, the active population, political stability, openness to foreign trade, investment / GDP ratio, perceived corruption index, fiscal burden, public expenditure, public consumption and inflation.

The results obtained with this work allow us to conclude that corruption affects negatively the Portuguese Economy as defended by most empirical literature and by some authors such as Mauro (1995), Mo (2001) and Lambsdorff (2003).

Keywords: Corruption; Economic Growth, Transparency International

Capítulo I: Introdução

Ao longo de décadas muito se tem falado sobre o tema da corrupção e das suas consequências para a economia.

Porém, abordar este assunto não é uma tarefa fácil uma vez que, os atos de corrupção são difíceis de prever e sobretudo de identificar.

No entanto, nunca é demais lembrar a importância do tema entre as pessoas/instituições e fazê-las perceber quais os impactos que tais atos podem ter sobre a economia e quais as implicações para o futuro das mesmas.

Em 2013, o Banco Mundial classificou a corrupção como “um abuso ilegítimo de poder para obter benefícios privados”, caracterizando-a como um fenómeno gerador de desigualdades, abuso de influência e utilização indevida de bens públicos para benefícios privados. Também a Transparência Internacional define este flagelo como "um abuso do poder de alto nível que beneficia poucos em detrimento de muitos" causando graves problemas a muitas pessoas.

Em 2006, Paul Wolfowitz, ex-presidente do Banco Mundial, afirmou que “a corrupção enfraquece os sistemas, distorce os mercados e convida a artes não produtivas, conduzindo a que os governos e os cidadãos acabem por pagar um preço mais alto, ter rendimentos mais baixos, investir menos e fazer com que as oscilações sejam mais voláteis”. Para este o bom funcionamento das instituições está dependente da qualidade empresarial, destacando-se principalmente a ausência de corrupção, as normas flexíveis e os sistemas legais eficientes.

Se numa ótica empresarial, a corrupção pode ter custos elevados, promover inseguranças e colocar em risco a reputação das empresas, numa ótica de mercado, a corrupção pode também colocar em risco as oportunidades de negócios e desenvolvimento de uma justa concorrência. Foi neste sentido que vários autores se debruçaram sobre a relação entre a corrupção e o crescimento, chegando-se a duas conclusões distintas: (i) a corrupção tem um impacto negativo sobre o crescimento económico e (ii) a corrupção promove o crescimento económico.

Numa primeira ótica, diversos autores defenderam que a corrupção quando devidamente controlada pode ser benéfica na eliminação de entraves ao desenvolvimento de projetos e políticas que atrasam o crescimento. Segundo eles, a corrupção apresenta-se como uma forma de ultrapassar alguns problemas normativos, promover a eficiência

Capítulo I: Introdução

económica e ajudar a melhorar alguns serviços defendendo assim, uma relação positiva entre a corrupção e o crescimento económico.

No entanto, a maior parte da literatura, crítica esse ponto de vista, defendendo que esse impacto positivo apenas ocorre a curto prazo sendo que, a médio/longo prazo o impacto é bastante negativo sobre: (i) o nível e a qualidade do investimento, (ii) sistema de impostos, reduzindo os recursos disponíveis do governo para o investimento, (iii) o capital humano e os recursos para a educação, (iv) estabilidade política, afetando o investimento direto estrangeiro e as oportunidades de emprego e assim, o nível da atividade.

Numa ótica mais recente da literatura evidencia-se a prática de *rent-seeking*, ou seja, um grupo de interesse que se reúne para obter para si privilégios e rendimentos, sendo que a fraude e lavagem de dinheiro se encontram no topo das práticas mais utilizadas e destacadas na literatura para além, das evidenciadas por Pardini, Machado, Costa (2013) como: a corrupção ativa, corrupção passiva, tráfico de influência, grupos de criminosos e extorsão.

Importa ainda destacar os mecanismos de controlo da corrupção como é o caso da Transparência Internacional e os seus estudos para a mensuração dos níveis mundiais da corrupção assim como, o importante papel dos meios de comunicação social que expõem e denunciam os atos corruptos entre a população.

O principal objetivo deste trabalho consiste em primeiro lugar elaborar uma sistematização dos estudos teóricos e empíricos mais relevantes entre a corrupção e o crescimento económico e em segundo lugar, analisar numa perspetiva empírica qual o impacto da corrupção sobre o crescimento económico em Portugal.

Assim o presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: após a introdução, é apresentada no capítulo 2 uma abordagem ao tema da corrupção, a qual se divide em dois subcapítulos. No subcapítulo 2.1 é feita uma breve abordagem à origem e definição da corrupção e no subcapítulo 2.2 é feita uma exposição sobre a corrupção em Portugal onde será apresentado qual o lugar que este país ocupa no *rating* publicado pela Transparência Internacional e, quais as medidas que Portugal possui para combater tais atos. No capítulo 3 é apresentada uma revisão da literatura onde serão abordados diversos autores que analisaram o impacto da corrupção no crescimento económico separando-se os que defendem que a corrupção afeta negativamente o crescimento económico e os que, pelo

Capítulo I: Introdução

contrário defendem que a corrupção pode contribuir para aumentar o crescimento da economia. O capítulo 4 é dedicado à apresentação da metodologia utilizada sendo posteriormente, apresentados os resultados no capítulo 5. Por fim, no capítulo 6 são apresentadas as conclusões do estudo.

2.1. Definição e Origem da Corrupção

A corrupção é um problema grave que afeta todos os países e constitui um entrave ao desenvolvimento económico e à instabilidade governamental, assumindo-se como uma maneira de assegurar a riqueza através de meios ilegais para ganhos privados.

Segundo o Banco Mundial (2013) a corrupção define-se como “ um abuso de poder público para benefício privado” podendo manifestar-se de inúmeras formas como subornos, tráfico de influência, branqueamento de capitais, desfalques, falsificações, entre outros e quando descontrolada pode tornar-se destrutiva.

Nos últimos anos muito se tem falado sobre corrupção e das suas implicações para as economias. Mas qual a razão para tantos autores investigarem este assunto?

De acordo com diversos autores, a resposta não é simples nem direta mas, acredita-se que a corrupção hoje em dia está a ter tanta importância e existem tantos estudos sobre o tema porque antigamente a tendência era ignorar os casos óbvios de corrupção, acabando por resultar em problemas graves para as economias de vários países.

Segundo Johnson et al (2000) a importância de se falar sobre o tema da corrupção “reside na sua capacidade de influenciar a economia pois, um ambiente em que a corrupção e o suborno prevalecem cria uma situação em que os retornos do investimento são difíceis de prever o que acaba por ter dois efeitos: primeiro os retornos esperados diminuem, devido ao aumento dos custos e segundo a dispersão dos resultados e, conseqüentemente o risco são maiores.”

Também o crescente aumento da competitividade na economia e a globalização trouxeram um grande contributo para as mudanças políticas e denúncias de casos de corrupção. Quando os países passaram a competir mais entre si e a eficiência económica se tornou um objetivo de primeira ordem promoveu-se os atos de corrupção para atingir os objetivos mais rapidamente. Porém, hoje em dia sabe-se que a corrupção é um importante fator de distorção dos mercados prejudicando todos os agentes envolvidos na atividade económica (Garcia e Bandeira (2001)). Também as instituições governamentais passaram a desempenhar um papel muito importante na divulgação dos

problemas de corrupção. Organizações internacionais como o Banco Mundial, ONU ou OCDE despoletaram diversos movimentos anticorrupção (como por exemplo: a resolução da ONU em 1998 e a convenção sobre a luta contra o suborno da OCDE em 1999) no sentido de alertar as pessoas para estas práticas ilegais, denunciando os casos de suborno ou outro tipo de corrupção.

Mas nem todos os atos de corrupção resultam no pagamento de um suborno tal como defendido por Tanzi (1998). Vejamos o seguinte exemplo de um funcionário público que afirma estar doente mas afinal vai de férias. Segundo o autor, este funcionário está indiretamente a cometer corrupção mesmo que nenhum suborno lhe esteja a ser pago, estando a utilizar a sua posição pública para uso pessoal. É por isso importante distinguir subornos de “presentes”, mesmo que essa distinção não seja fácil de fazer uma vez que, os subornos podem vir disfarçados de recompensas. Em regra, o suborno é uma prática que envolve o pagamento em dinheiro (ou géneros) por um serviço que não é eticamente aceite ou profissionalmente correto. Já o presente pode surgir de uma recompensa sobre algo que alguém tenha feito. Assim, concluímos que um suborno implica reciprocidade enquanto um “presente” não deveria.

Também Gyimah-Brempong e Camacho (2006) investigaram sobre o papel das diferenças regionais no efeito da corrupção sobre o crescimento económico e a distribuição de rendimentos chegando à conclusão que a corrupção atrasa o crescimento económico pois distorce os incentivos e os sinais dados pelo mercado aumentando assim, a incerteza e conduzindo à desigualdade de rendimentos, frustração e instabilidades sociopolítica.

De acordo com o estudo “*Causes and Effects of Corruption: What Has Past Decade's Empirical Research Taught Us?*” do *Journal of Economic Survey* de janeiro de 2017, a corrupção pode resultar de diversos fatores como: baixos salários, desigualdades de género, instabilidade política, baixa liberdade de imprensa, baixos níveis de educação, entre outros e, nos últimos anos tem sido uma grande preocupação para algumas organizações não-governamentais como a Transparência Internacional.

A Transparência Internacional teve início em 1993 e encontra-se atualmente presente em mais de 100 países em todo o mundo, tendo como principal objetivo a divulgação dos problemas de corrupção. A sua missão é parar a corrupção e promover a transparência, a

responsabilidade e a integridade a todos os níveis e em todos os setores da sociedade através de três prioridades estratégicas.

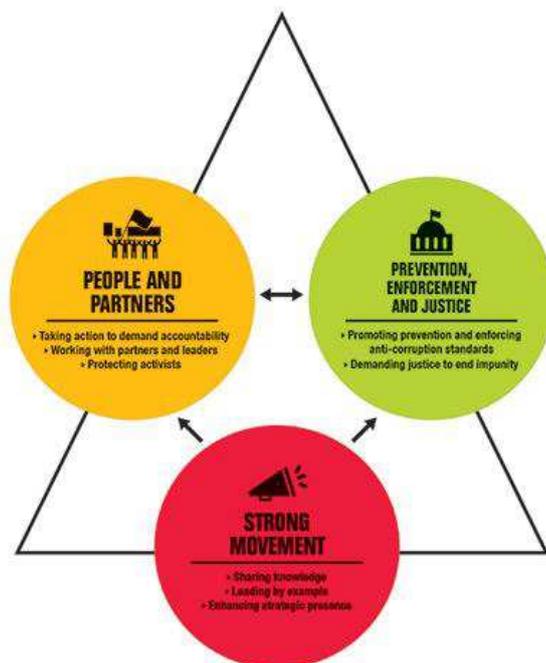


Figura 1- Pirâmide das três prioridades estratégicas da Transparency International

A corrupção apresenta consequências devastadoras sobre os serviços prestados pelas instituições públicas e destrói os direitos básicos de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo criando um ciclo vicioso entre a corrupção e a distribuição desigual da riqueza. Segundo José Ugaz, presidente da Transparência Internacional, *“em muitos países, as pessoas estão privadas das suas necessidades mais básicas e vão dormir com fome todas as noites por causa da corrupção, enquanto os poderosos e corruptos gozam de estilos de vida pródigos com impunidade”*. Esta frase reflete a importância do trabalho realizado pela Transparência Internacional que trabalha arduamente em conjunto com governos, empresas e cidadãos para impedir o abuso de poder, o suborno e os negócios secretos. Nos últimos anos esta organização tem procurado também fazer reformas sistêmicas que alterem o ambiente do setor financeiro apelando ao G20 que aplique as

Capítulo II: Corrupção

convenções anticorrupção da OCDE e das Nações Unidas que muitos governos assinaram mas, continuam a ignorar as medidas contra o branqueamento de capitais.

Apesar das óbvias dificuldades em medir a corrupção, todos os anos a Transparência Internacional elabora anualmente o chamado “Índice de Perceção de Corrupção” (IPC) que mede os níveis percebidos de corrupção nos setores público e político em todo o mundo.

Esse índice é obtido a partir da opinião de empresários, políticos, analistas, entrevistas com especialistas, pesquisas, ações públicas para promover a transparência e combater a corrupção, casos registrados e/ou comparação entre os países pesquisados, entre outros, onde cada país é classificado com uma nota que vai de zero (altamente corrupto) a dez (sem indícios de corrupção).

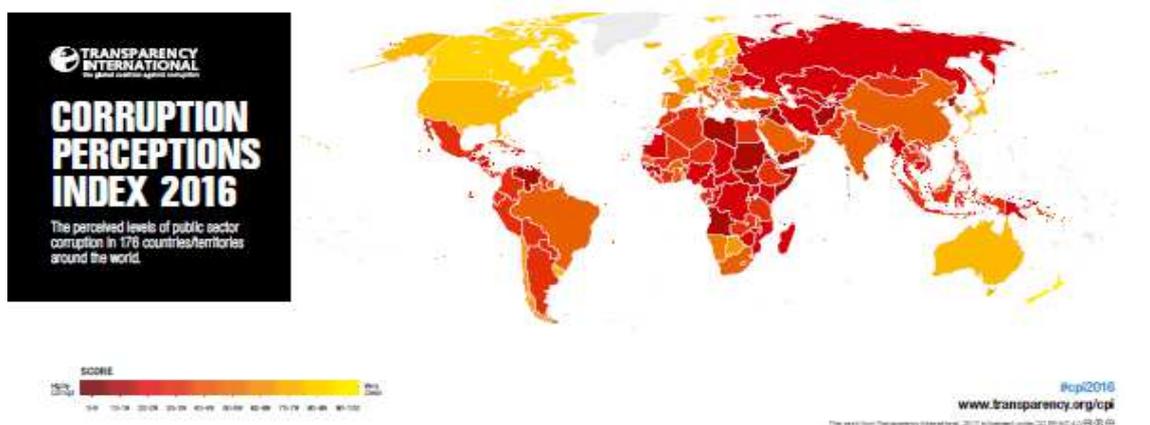
Embora a Transparência Internacional seja considerada uma entidade isenta e uma referência mundial na avaliação da corrupção em todo o mundo, o IPC apresenta as suas limitações pois, é apenas um índice de perceção, ou seja, não consegue observar todos os casos de corrupção que ocorrem, nem nos ajuda a perceber os verdadeiros canais pelos quais a corrupção ocorre em setores específicos. Assim, o IPC deve ser visto numa ótica de orientação geral (estimativa) ao invés de um dado de precisão máxima.

Capítulo II: Corrupção

2.2. Corrupção em Portugal

Apesar de ser um país pequeno, Portugal enfrenta sérias dificuldades no que diz respeito ao tema da corrupção.

De acordo com a figura 2, retirada do relatório de 2016 da Transparência Internacional, Portugal encontra-se na 29ª posição no ranking de 176 países, com a pontuação de 6.2 pontos, considerando uma escala de zero a cem, sendo que scores inferiores a 5 indicam graves problemas de corrupção.



RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE	RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE	RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE
1	Denmark	90	24	Bahamas	66	69	Greece	44
1	New Zealand	90	24	Chile	66	70	Bahrain	43
3	Finland	89	24	United Arab Emirates	66	70	Ghana	43
4	Sweden	88	27	Bhutan	65	72	Burkina Faso	42
5	Switzerland	86	28	Israel	64	72	Serbia	42
6	Norway	85	29	Poland	62	72	Solomon Islands	42
7	Singapore	84	29	Portugal	62	75	Bulgaria	41
8	Netherlands	83	31	Barbados	61	75	Kuwait	41
9	Canada	82	31	Qatar	61	75	Tunisia	41
10	Germany	81	31	Slovenia	61	75	Turkey	41
10	Luxembourg	81	31	Taiwan	61	79	Belarus	40
10	United Kingdom	81	31	Botswana	60	79	Brazil	40
13	Australia	79	35	Saint Lucia	60	79	China	40
14	Iceland	78	35	Saint Vincent and The Grenadines	60	79	India	40
15	Belgium	77	35	Saint Vincent and The Grenadines	60	83	Albania	39
15	Hong Kong	77	38	Cape Verde	59	83	Bosnia and Herzegovina	39
17	Austria	75	38	Dominica	59	83	Jamaica	39
18	United States	74	38	Lithuania	59	83	Lesotho	39
19	Ireland	73	41	Brunei	58	87	Mongolia	38
20	Japan	72	41	Costa Rica	58	87	Panama	38
21	Uruguay	71	41	Spain	58	87	Zambia	38
22	Estonia	70	44	Georgia	57	90	Colombia	37
23	France	69	44	Latvia	57	90	Indonesia	37
			46	Grenada	56			

Capítulo II: Corrupção

RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE	RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE	RANK	COUNTRY/TERRITORY	SCORE
90	Liberia	37	113	Armenia	33	136	Guatemala	28
90	Morocco	37	113	Bolivia	33	136	Kyrgyzstan	28
90	The FYR of Macedonia	37	113	Vietnam	33	136	Lebanon	28
95	Argentina	36	116	Mali	32	136	Myanmar	28
95	Benin	36	116	Pakistan	32	136	Nigeria	28
95	El Salvador	36	116	Tanzania	32	136	Papua New Guinea	28
95	Kosovo	36	116	Togo	32	136	Guinea	27
95	Maldives	36	120	Dominican Republic	31	142	Mauritania	27
95	Sri Lanka	36	120	Ecuador	31	142	Mozambique	27
101	Gabon	35	120	Malawi	31	142	Bangladesh	26
101	Niger	35	123	Azerbaijan	30	145	Cameroon	26
101	Peru	35	123	Djibouti	30	145	Gambia	26
101	Philippines	35	123	Honduras	30	145	Kenya	26
101	Thailand	35	123	Laos	30	145	Madagascar	26
101	Timor-Leste	35	123	Mexico	30	145	Nicaragua	26
101	Trinidad and Tobago	35	123	Moldova	30	151	Tajikistan	25
108	Algeria	34	123	Paraguay	30	151	Uganda	25
108	Côte d'Ivoire	34	123	Honduras	30	153	Comoros	24
108	Egypt	34	123	Sierra Leone	30	154	Turkmenistan	22
108	Ethiopia	34	131	Iran	29	154	Zimbabwe	22
108	Guyana	34	131	Kazakhstan	29	156	Cambodia	21
			131	Nepal	29			
			131	Russia	29			
			131	Ukraine	29			
						156	Democratic Republic of Congo	21
						156	Uzbekistan	21
						159	Burundi	20
						159	Central African Republic	20
						159	Chad	20
						159	Haiti	20
						159	Republic of Congo	20
						164	Angola	18
						164	Eritrea	18
						166	Iraq	17
						166	Venezuela	17
						168	Guinea-Bissau	16
						169	Afghanistan	15
						170	Libya	14
						170	Sudan	14
						170	Yemen	14
						173	Syria	13
						174	Korea (North)	12
						175	South Sudan	11
						176	Somalia	10

Figura 2- Relatório da Transparência Internacional 2016

De acordo com este relatório, elaborado em diversos países da Europa e da Ásia Central entre 4 a 26 de janeiro de 2016, onde foram ouvidas cerca de 60 mil pessoas (em Portugal cerca de 1.008 portugueses), um terço da população da Europa e da Ásia Central considera que a corrupção ou o suborno são um dos maiores problemas que o país enfrenta.

Em Portugal os dados são ainda mais significativos pois, cerca de 51% dos portugueses (tabela 5) elege a corrupção como um dos três maiores problemas do país, de uma lista de questões-chave, incluindo economia, desemprego, crime, imigração, saúde, educação e corrupção.

De acordo com este relatório, 80% dos portugueses consideram que o Estado sofre influências indevidas de pessoas com grande poder económico e quase metade dos inquiridos em Portugal (48%) considera que a corrupção “Aumentou bastante” ou “Aumentou um Pouco” no último ano (ver figura 3).

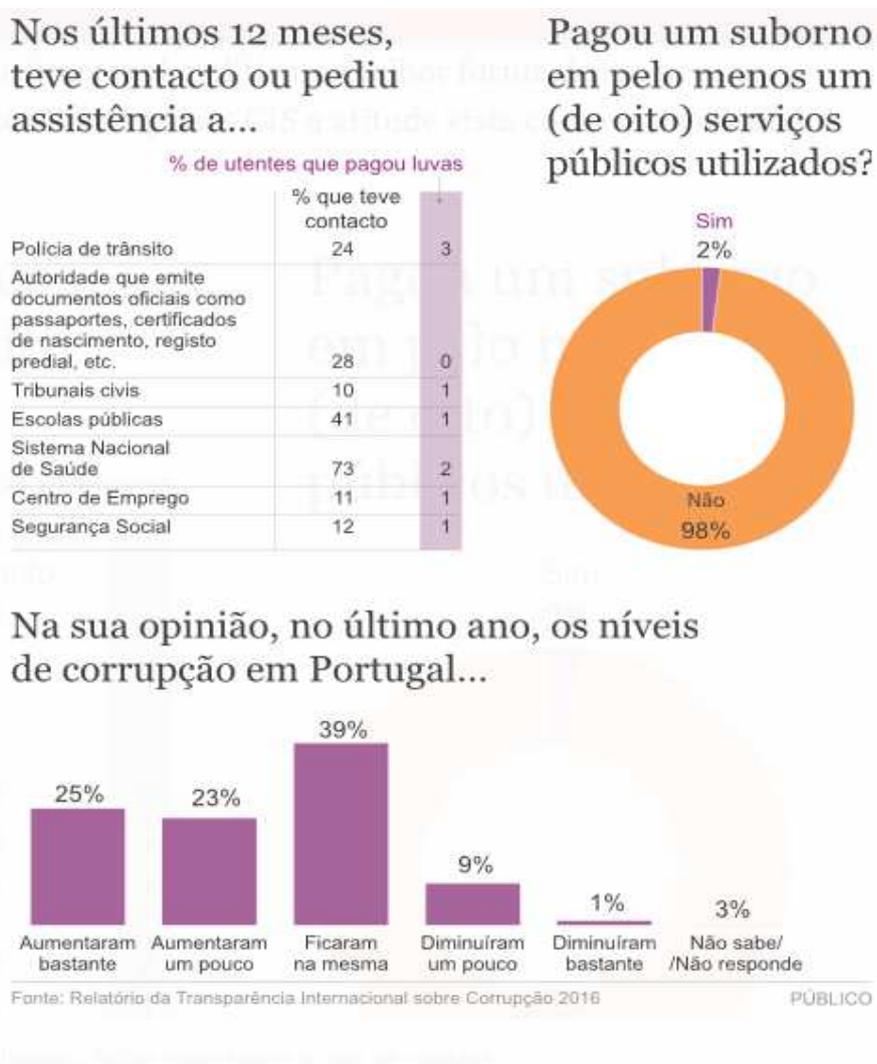


Figura 3 - Relatório da Transparência Internacional sobre a Corrupção 2016

Também poucas são as pessoas que acham que o governo está a fazer um bom trabalho no combate à corrupção considerando os políticos e os membros do governo altamente corruptos.

No Barómetro Global de corrupção foram identificadas nove categorias de profissões e os resultados mostram que, em toda a Europa e Ásia Central, muitos cidadãos identificam na política problemas relacionados com a corrupção.

Os dados de Portugal não fogem muito há média global (31%) conforme a figura 3 sendo que, 33% dos portugueses consideram que a maioria ou a totalidade dos parlamentos são corruptos.

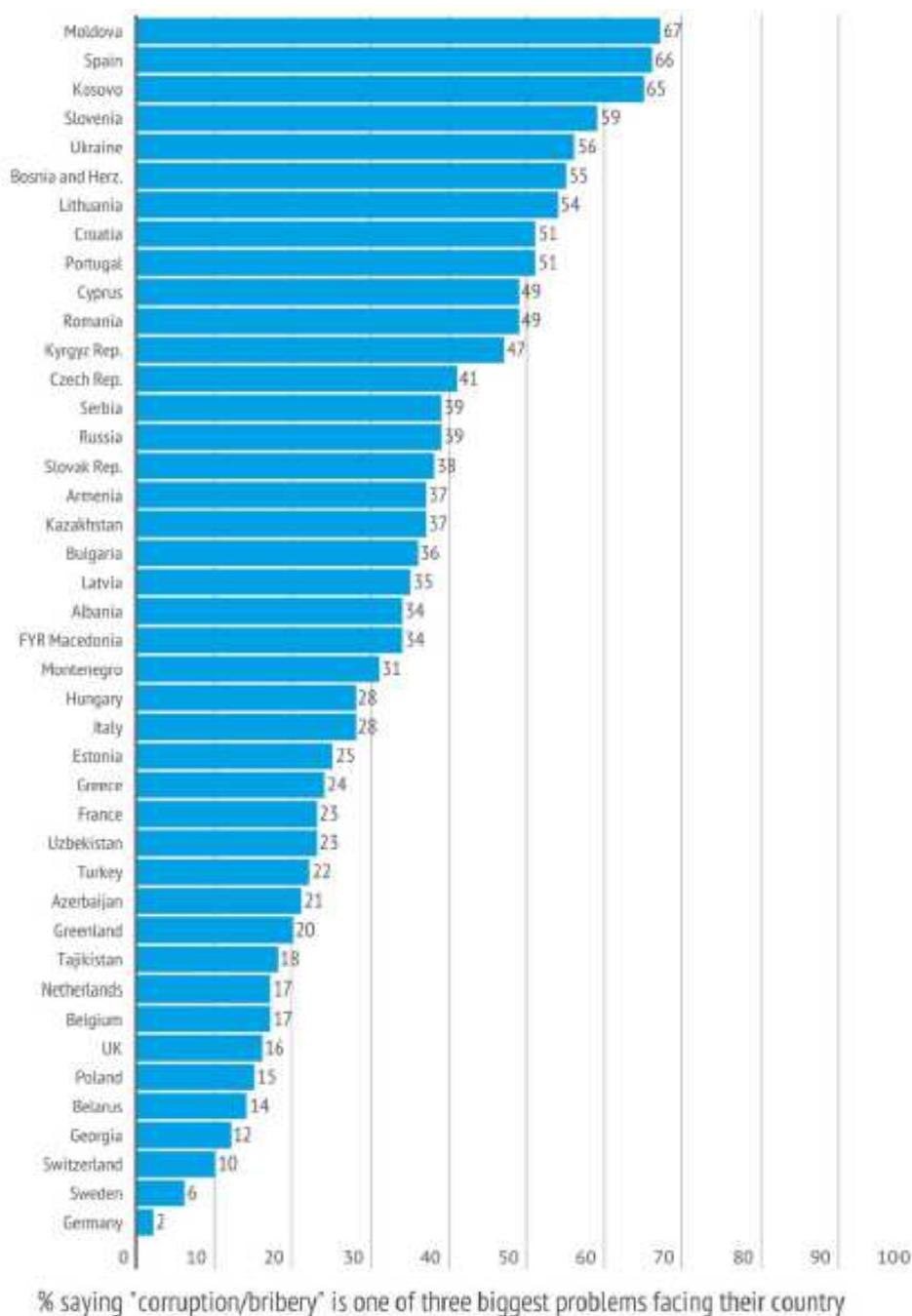


Figura 4- Percentagem de Pessoas que consideram a Corrupção como um dos grandes problemas do seu País

A prevenção e o combate são temas prioritários de forma a constituir-se uma economia sustentável e geradora de um ambiente empresarial competitivo, tornando possíveis ganhos a longo prazo. Assim, Rosa (2004) afirma que o Estado, através de uma

Capítulo II: Corrupção

legislação clara e uma política eficiente e eficaz, e as instituições são as primeiras responsáveis pelo combate à corrupção pública assim como, da corrupção privada.

Mesmo sabendo que a denúncia é a forma mais eficaz de combater a corrupção a realidade é que, raramente alguém tem coragem de o fazer e, de entre os vários motivos apontados no relatório, a principal causa é o medo de represálias, como perder o emprego.

Perante este problema, nos últimos anos, vários foram os projetos e medidas criadas para combater a corrupção em Portugal.

Um bom exemplo é o projeto GestãoTransparente.Org – Guia Prático de Gestão de Riscos de Corrupção nas Organizações cujo objetivo é promover e desenvolver estratégias anticorrupção coerentemente pensadas, delineadas e implementadas que permitam uma melhor deteção, gestão e mitigação dos riscos de corrupção a que estão expostas as empresas e outras entidades.

Este projeto surgiu através da colaboração proactiva de um grupo de entidades empresariais portuguesas de diversos setores de atividade (ANA, CARRIS, CP, CELLA, EDP, EPAL, INTELI, ISTECH, METRO, MICROSOFT, MTS, REN, SIEMENS), com o objetivo de sensibilizar o próprio setor empresarial e a sociedade civil em geral para os problemas da corrupção.

A ideia é fazer chegar às organizações que as práticas transparentes, éticas e íntegras torna-se mais atrativas ao investimento e ao relacionamento com os interlocutores e comunidade em geral.

Outra das organizações sem fins lucrativos representantes em Portugal da rede de ONG anticorrupção *Transparency International* é a Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC). Esta associação tem como objetivo promover a legalidade democrática e a boa governação, combatendo a corrupção e fomentando os valores da transparência, integridade e responsabilidade na opinião pública, projetos de investigação, ações de formação e da cooperação com outras organizações governamentais e não-governamentais.

De acordo com João Paulo Batalha (2017), diretor executivo da TIAC, “ *o Estado não pode continuar a agir de forma casuística e descoordenada no combate à corrupção. A competitividade do país e a nossa recuperação social e económica dependem da*

Capítulo II: Corrupção

vontade política para colocar o combate à corrupção e o aumento da transparência públicas no centro da agenda, definindo metas e envolvendo a administração pública, as instituições políticas, o sector privado e a sociedade civil numa estratégia nacional de prevenção e repressão da corrupção”.

De entre os muitos projetos implementados por esta associação destaca-se o Índice de Transparência Municipal (ITM) que mede o grau de transparência das Câmaras Municipais. O ITM é composto por 76 indicadores agrupados em sete dimensões:

- 1) Informação sobre a Organização, Composição Social e Funcionamento do Município;
- 2) Planos e Relatórios;
- 3) Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos;
- 4) Relação com a Sociedade;
- 5) Contratação Pública;
- 6) Transparência Económico-Financeira;
- 7) Transparência na área do Urbanismo e tem como objetivo combater a corrupção no Poder Local da democracia portuguesa.

Em suma, a corrupção é, sem dúvida, um dos maiores problemas estruturais vivenciados em todo o mundo e um problema que tem vindo a aumentar nos últimos anos, incluindo em Portugal através dos inúmeros casos evidenciados nos meios de comunicação social.

Assim, Misangyi, Weaver e Elms (2008) afirmam que a prevenção é o melhor instrumento de combate da corrupção defendendo que as organizações corruptas devem mudar a “lógica institucional” para combaterem a corrupção.

Para Sousa (2008) nos dias que correm o combate à corrupção requer estratégias articuladas, multi disciplinadas e informadas uma vez que, não se trata apenas de uma corrupção entre um ativo e um passivo. Assim, cabe a todos nós combater esta prática através da denúncia de tais atos ou apoiando estas associações não-governamentais que trabalham arduamente no combate à corrupção.

Abordar o tema da corrupção não é uma tarefa fácil uma vez que, a perceção em relação a este assunto pode variar de país para país, de cultura para cultura e até mesmo entre diferentes grupos sociais.

Nos anos 60, a corrupção era vista como uma forma racional que as empresas tinham de tornarem a sua atividade económica mais fluida. Hoje em dia sabemos que os atos de corrupção impedem a competição saudável dos mercados, tem um impacto negativo na economia dos países, desacelera o crescimento económico e favorece o crescimento de empresas que podem não ser as mais eficientes conduzindo, à frustração e à instabilidade sociopolítica.

Maquiavel (1521) foi um dos primeiros pensadores a contextualizar o conceito de corrupção nas organizações e a defender a necessidade de uma cultura política sem corrupção, pautada por princípios morais e éticos. Este estudo foi bastante importante na perceção que a corrupção tem efeitos nefastos para o investimento dado que, cria um clima de instabilidade para os investidores.

Para além dos efeitos nefastos que a corrupção tem sobre o investimento, desde cedo que foram evidenciados na literatura estudos acerca do efeito da corrupção sobre o crescimento económico.

Porém, este tema não é consensual entre os vários autores que se debruçaram sobre esta matéria. Se para alguns a corrupção é prejudicial para o investimento e para o crescimento económico, para outros a corrupção deverá existir, em determinados níveis, podendo até trazer benefícios para o crescimento da economia.

Mauro (1995) foi um dos primeiros pensadores a abordar os efeitos da corrupção no crescimento económico. O seu estudo baseou-se em nove indicadores de eficiência institucional em 70 países durante o período de 1980-1983, chegando à conclusão que “*when corruption increases by two points on a ten point scale, GDP decreases by 0.5% and investment decreases by 4%*”, ou seja, a corrupção faz reduzir diretamente o investimento nos países onde se verificam atos de corrupção reduzindo assim, o crescimento económico naquela região.

Mo (2001) foi também um dos grandes impulsionadores de que a corrupção afeta gravemente a inovação, impedindo o desenvolvimento das economias devido ao aumento dos níveis de incerteza. Segundo este autor, os inovadores que necessitam de recorrer aos

serviços do Estado tornam-se os principais alvos de corrupção pois, vêm-se “obrigados” a pagar subornos muito elevados para poderem acelerar processos. Para o autor, esta forma de “contornar” a lei leva a que parte da atividade económica não seja controlada, aumentando assim, os casos de evasão fiscal que têm um impacto bastante negativo nas receitas fiscais e conseqüente, um efeito bastante negativo no saldo orçamental pois, a grande parte dos contribuintes pagam subornos e não impostos que poderiam mais tarde ser utilizados para bens e serviços públicos do país.

Assim, podemos concluir que a corrupção funciona como uma taxa de pagamento que, como já referido reduz as receitas do Estado, promovendo também as desigualdades de oportunidade tal como, defendido por Anokhin e Schulze (2009) ao analisarem o impacto da corrupção nas atividades inovadoras das empresas. Estes autores chegaram à conclusão que, em ambientes de alta corrupção os custos de transação limitam a atividade económica das empresas reduzindo assim, o ambiente de inovação institucional uma vez que, os agentes inovadores que estão a entrar no mercado não têm *lobbies* estabelecidos, tendo por vezes de pagar altos subornos.

Através destes estudos podemos concluir que a corrupção favorece uma classe particular de pessoas, gera desigualdade de oportunidade e frustração económica nos que exercem menos poder, permitindo que os indivíduos bem posicionados se aproveitem do resto da população.

Sjaifudian (1997) foi também um dos primeiros autores a analisar os obstáculos que as pequenas empresas enfrentam para se posicionarem no mercado, elaborando um estudo na Indonésia sobre a dificuldade que as empresas de menor dimensão apresentam para poderem permanecer no mercado e competir com as empresas de maior concluindo que, as empresas mais pequenas tinham de pagar cerca de 20% mais para poderem concorrer com as restantes empresas do mercado em projetos públicos. Como a maior parte das economias são constituídas por empresas de pequena dimensão, os obstáculos que estas microempresas têm de enfrentar fazem com que a economia não cresça tão rapidamente, especialmente nos países em desenvolvimento.

Mais recentemente, Gymah-Brempong and Camacho (2006), mostraram através de dados em painel em 61 países em diferentes estágios de desenvolvimento económico e ao longo de período de 20 anos que a corrupção não apenas diminui o crescimento económico como também contribui para a distribuição desigual das rendas chegando à

conclusão que o maior impacto sobre o crescimento da corrupção é encontrado em países africanos do que em países da OCDE e da Ásia onde a corrupção tem menos impacto sobre o crescimento económico.

Para além das desigualdades já descritas, a corrupção reduz também a capacidade do Governo de impor medidas regulamentares necessárias para corrigir as falhas do mercado uma vez que, os indivíduos tendem a trabalhar apenas em troca de subornos. Esses subornos são bastante prejudiciais para as economias uma vez que, podem alterar a ordem como os funcionários públicos fazem o seu trabalho trazendo graves problemas para a sociedade, como defendido por Baumol (1990) e Murphy, Shleifer e Vishny (1991).

Em 1993, Shleifer e Vishny exploraram duas razões pela qual a corrupção pode ser dispendiosa para o desenvolvimento económico. O primeiro motivo é a fraqueza do Governo que permite que um agente estrangeiro cometa atos de corrupção. Por exemplo, se investidor resolver investir numa empresa Russa, este terá de subornar todos os mecanismos envolvidos nesse investimento, como o caso dos bancos, ministério das finanças, etc, pelo que é muito difícil um investidor investir neste país.

A segunda razão tem a ver com os gastos associados ao sigilo da corrupção. O medo de serem descobertos conduz a monopólios dentro das empresas impedindo assim que, pessoas de fora sejam contratadas para que estas práticas não sejam descobertas, prejudicando o investimento e desencorajando a inovação.

Mais recentemente, Dzhumashev (2013) analisou como a qualidade do Governo, a dimensão da despesa pública e o desenvolvimento económico afetam a relação entre a corrupção e o crescimento económico. Segundo este autor, a literatura existente apresenta algumas lacunas relativamente a esta análise pois: em primeiro lugar a literatura não é clara sobre a qualidade e a estrutura das instituições que influenciam a relação entre a corrupção e o desenvolvimento económico, faltando uma explicação sobre qual o papel do Governo na relação entre a corrupção e o crescimento económico, como podemos observar pelos trabalhos de Méon e Weill (2010) e Aidt et al (2008) que concluíram que a corrupção é menos prejudicial para a eficiência e para o crescimento económico em países onde as instituições são fracas. Em contra partida Méon e Sekkat (2005) contradizem os autores acima mencionados defendendo que a corrupção é mais prejudicial ao crescimento onde o Governo é mais fraco.

Em segundo lugar, existe incongruência no que diz respeito à relação entre a dimensão do Governo e a corrupção. Se a dimensão do Governo está relacionado com o grau de intervenção do mesmo então, um aumento na dimensão do Governo cria mais espaço para a procura de corrupção, conforme defendido pelos estudos de Alesina e Angeleos (2005), Goel e Nelson (1998) e Rose – Ackerman (1999).

No entanto, se a dimensão do Governo reflete o controle da corrupção então, um aumento na dimensão do Governo deve reduzir a corrupção conforme descrito nos estudos de La Porta et al (1999) e Billiger e Goel (2009).

E em terceiro lugar, segundo o autor, existem fortes evidências que a corrupção está relacionada com o nível de desenvolvimento económico. Knack e Keefer (1995), Fisman e Gatti (2002) e Forgues – Puccio (2007) são apenas alguns dos autores que concluíram que existe uma relação negativa e significativa entre a corrupção e o nível de desenvolvimento económico dos países, defendendo que um bom entendimento de como a corrupção afeta o crescimento económico é essencial para formular e implementar políticas eficazes de desenvolvimento.

Em suma, Dzhumashev (2013) chegou à conclusão que, a corrupção só aumenta a eficiência económica quando a dimensão do Governo está acima do nível ótimo (sugerindo que existe um nível de corrupção que maximiza o crescimento económico), como também a incidência de corrupção diminui com o desenvolvimento económico uma vez que, aumentando o nível de desenvolvimento económico, a taxa salarial também aumenta fazendo desencorajar os atos de corrupção.

Também Campos, Dimova e Saleh (2010) forneceram um rigoroso levantamento da literatura empírica sobre o efeito da corrupção no crescimento económico por forma a investigar se existe: (1) relação entre a corrupção e o crescimento, (2) qual a avaliação dessa relação e (3) quais os principais fatores que determinam esta relação.

Assim, através de 460 estimativas do efeito da corrupção no crescimento de 41 estudos empíricos de diversos autores como, Abdiweli (2006), Ahlin. and Pang (2007) e Aslund and Jenish (2006), chegando à conclusão que 32% desses estudos consideram que existe um impacto negativo e significativo entre a corrupção e o crescimento económico e apenas 6% apoiam uma relação positiva e significativa entre estas duas variáveis.

Mais recentemente, Ugur (2014), considerou 327 estimativas dos efeitos diretos da corrupção sobre o crescimento económico de 29 estudos primários e, embora os estudos

sejam heterogéneos devido às diferentes medidas de corrupção e crescimento, métodos de estimativas e períodos de amostragem, chegou à conclusão que a corrupção afeta negativamente o crescimento económico.

Kunieda, Okata and Shibata (2014) foram outros dos autores a investigarem teórica e empiricamente o efeito da corrupção sobre o crescimento económico mas agora tendo em consideração os impostos aplicados em determinado país. Assim, através de um estudo em painel em 109 países estes autores procuraram perceber qual a relação entre a corrupção do Governo e abertura financeira sobre o crescimento económico, chegando à conclusão que, os países altamente corruptos impõe taxas de impostos mais elevadas do que nos países menos corruptos, refletindo um efeito negativo entre a corrupção do Governo e o crescimento económico. Em suma, os países menos corruptos e financeiramente abertos apresentam maior crescimento económico e os países menos corruptos e financeiramente fechados apresentam maior taxa de crescimento. Assim, podemos concluir que existe um impacto negativo e significativo entre a corrupção do Governo e a abertura financeira sobre o crescimento económico.

Este estudo vai ao encontro dos estudos de Neeman et al (2008) ao encontrarem evidências empíricas que a corrupção tem um efeito negativo sobre o PIB *per capita* em países financeiramente abertos para o mercado mundial mas, quase não tem efeito sobre os países fortemente fechados.

De acordo com estes autores, se um país está financeiramente fechado para o mercado mundial, a corrupção afeta o crescimento económico apenas através de uma taxa de imposto mais elevada enquanto que, se dois países forem financeiramente integrados, o efeito negativo da tributação sobre o projeto de investimento é maior no país altamente corrupto do que no país menos corrupto. Assim nos dois países o impacto negativo da corrupção do Governo é ampliado no país altamente corrupto mas reduzido no país menos corrupto.

Relativamente à inovação, Anokhin e Schulze (2009) analisaram a relação entre a corrupção e o ambiente inovador das empresas, chegando à conclusão que um ambiente com um alto controlo de corrupção está associado a um alto nível de inovação e empreendedorismo uma vez que, os ambientes com alta corrupção reduzem os níveis de incentivos e aumentam os riscos das atividades voltadas para a inovação.

Maiyaki (2010) sugere que a corrupção retarda o crescimento económico e o investimento estrangeiro, conduzindo a investimentos eficazes em projetos públicos. Já Johnson, La Fountain e Yamariki (2011) concluíram que a corrupção desempenha um papel muito importante na redução do crescimento económico e no investimento em todos os Estados.

Estudos recentes de Wong e You (2012) apresentam evidências que nem todos os países com alta corrupção apresentam um abaixo desempenho no crescimento. Segundo os autores a China, assim como outros países, tem apresentado um crescimento acima de muitas outras economias apesar de apresentarem altos níveis de corrupção. Este fenómeno, segundo os autores, define-se por “efeito – substituição” uma vez que, o efeito financeiro e a corrupção conduzem a uma relação de substituição para que um baixo grau de desenvolvimento financeiro possa ser compensado por um aumento da corrupção, estimulando o crescimento das vendas.

Dridi (2013) sugere que o efeito negativo da corrupção sobre o crescimento económico é transmitido principalmente pelo impacto sobre o capital humano e a instabilidade política.

Apesar dos vários estudos e evidências científicas de que a corrupção tem um efeito negativo sobre o crescimento económico, vários são os autores que acreditam que esta pode facilitar o crescimento, ajudando as empresas a contornar o peso do setor público e reduzir a eficiência dos gastos públicos que contribuem para a produtividade acabando por ser vantajosa quando devidamente controlada e conjugada com outros fatores.

Leys (1965) foi um dos primeiros pensadores a questionar o “problema da corrupção” no crescimento económico e a defender que o seu impacto depende da qualidade da economia e do país em estudo.

Também Leff (1964) e Bayley (1966) sugerem que a corrupção pode ser vista como uma forma de acelerar processos, contornar leis e evitar atrasos através da qualidade dos funcionários públicos. De acordo com os seus estudos se os salários dos funcionários públicos forem baixos, o suborno pode ser vistos como um “complemento” ao vencimento, acabando por os motivar e promover o desenvolvimento económico. Acemoglu e Verdier (1998) defenderam a teoria dos “salários eficientes” no setor público enquanto principal meio preventivo da corrupção. Segundo estes autores, pode ser bom

permitir alguma corrupção tal que, a partir de determinado patamar seja possível reduzir a corrupção e simultaneamente, incrementar o investimento.

Lui (1985) foi mais um dos pensadores a sugerir que em níveis de incidência baixos, a corrupção pode contornar alguns regulamentos, diminuindo eficientemente o tempo gasto. Para o autor o tempo é um fator bastante dispendioso podendo por isso, ser diminuído se forem oferecidos subornos aos funcionários públicos para que possam reduzir o tempo gasto em processos e tomar decisões mais rapidamente. Friedrich (1972), Nye (1989) e Huntigton (1968) foram ao encontro dos estudos elaborados por Left (1964) e Lui (1985) sugerindo que a corrupção pode ser benéfica para o crescimento quando apresenta níveis de incidência baixos, na medida em que possibilita o contorno de alguns regulamentos e acelerar processos.

Assim, a corrupção pode ser benéfica porque poupa tempo àqueles a quem o tempo é um bem precioso. Essa visão foi também apoiada Beck e Maher (1986) e Lien (1986) ao desenvolverem modelos que mostram que aqueles que são mais eficientes podem dar-se ao luxo de pagar subornos mais elevados o que permitirá atribuir projetos às empresas mais eficientes.

Embora os autores acima mencionados defendam que corrupção pode trazer benefícios para o crescimento, a verdade é que esta também pode conduzir a problemas maiores. Myrdal (1968), por exemplo, defende que a capacidade dos funcionários públicos acelerarem processos pode ser limitada quando está dependente de uma sucessão de centros de responsabilidade. Também Shleifer e Vishny (1993) mostraram através de modelos organizacionais que os custos de corrupção são maiores quando existem muitos agentes envolvidos ao invés de uma pessoa só. Para além disso, aqueles que podem pagar subornos mais elevados não são necessariamente as empresas mais eficientes. Por isso, a conclusão de que a corrupção pode promover o crescimento económico está sujeita a muitas dúvidas, acabando por despertar o interesse de diversos autores investigarem sobre o tema.

Inseridos numa literatura empírica mais recente, Méndez e Sepúlveda (2006) trouxeram fortes evidências de que a corrupção pode ter um impacto benéfico no crescimento económico a longo prazo quando os níveis corrupção são baixos mas, torna-se destrutivo em níveis mais elevados.

Neste estudo, os autores foram ao encontro dos estudos já elaborados por Acemoglu e Verdier (1998) e Ehrlich e Lui (1999) fazendo a distinção entre países “livres” e países “não livres” de acordo com o Índice de Direitos Políticos e Liberdades Cíveis de *Freedom House International*, chegando à conclusão que em regimes políticos classificados como “não livres” a corrupção não afeta o crescimento económico da mesma forma que os países “livres”, depois de controladas várias outras variáveis económicas.

Segundo, Pellegrini e Gerlagh (2004) não existe qualquer relação estatisticamente significativa entre a corrupção e o crescimento económico desde que outros fatores relevantes sejam controlados. Em 2005, Akai avaliou o impacto da corrupção no crescimento económico considerando diferentes períodos de tempo concluindo que, a corrupção afeta negativamente o crescimento do PIB a médio/longo prazo mas, não é significativo a curto prazo.

Aidt et al (2008) realizaram um estudo similar ao de Méndez e Sepúlveda (2006) dividindo a amostra em dois regimes governamentais diferentes. As suas pesquisas referem que nas instituições de alta qualidade a corrupção exerce um impacto significativamente negativo no crescimento económico enquanto, nas instituições de baixa qualidade não se verifica qualquer efeito de corrupção no crescimento económico.

Assim, podemos concluir que a corrupção tem um impacto específico no crescimento dos países consoante o regime político em vigor, conforme apoiado por Ehrlich e Lui (1999) os quais, consideraram dois tipos de regimes políticos: “democrático” em que os burocratas competem pelo poder central e o regime “autocrata” na qual a liderança poderosa e racional é capaz de impor a sua vontade sobre os outros.

Também Vaal e Ebben (2011) desenharam um modelo teórico a partir dos contributos de Barros (1990) e Mauro (2004) procurando perceber de que modo a corrupção se reflete direta ou indiretamente no crescimento económico chegando à conclusão que, o efeito global da corrupção sobre o crescimento económico está altamente dependente do ambiente institucional de um país.

Schwartzman (2008) defende que existem duas vertentes principais na literatura relacionadas com o tema da corrupção: na vertente económica, o autor defende que “a existência de práticas corruptas num determinado país facilita ou dificulta a atividade económica bem como, a criação de riqueza e desenvolvimento económico”. Na vertente política defende que este tipo de “corrupção ocorre quando as “regras do jogo” dos

processos eleitorais e do funcionamento das instituições governamentais são violados e depende, em parte, da cultura ética de cada país”.

Para Ashforth et al (2008) a corrupção nas organizações pode ser vista através de três perspetivas distintas: perspetiva micro, perspetiva macro e perspetiva abrangente.

A perspetiva micro procura compreender as razões para as quais pessoas se integram em grupos corruptos, a perspetiva macro pretende perceber a razão pela qual as indústrias praticam atos de corrupção e a perspetiva abrangente tem por objetivo estudar tanto os indivíduos como as instituições de modo a averiguar a importância da corrupção no mundo empresarial.

Perante tantos cenários distintos de observar a corrupção, afinal como podemos combatê-la?

Misangyi, Weaver e Elms (2008) afirmam que o melhor instrumento de controlo da corrupção é a prevenção, defendendo que as organizações corruptas devem mudar a “lógica institucional” para combaterem este flagelo.

Num ambiente de corrupção as situações de retorno do investimento são difíceis de prever e, é nesta perspetiva que Johnson et al (2000) foram ao encontro dos trabalhos já desenvolvidos por Mauro em 1995, concluindo que numa situação económica instável as decisões de investimento privado tem dois efeitos: os retornos esperados diminuem devido ao aumento dos custos e o risco é maior. Assim, corrupção reduz o investimento privado e por sua vez, reduz o crescimento económico.

Ainda no ano 2000, Sandholtz e Koetzle abordaram o tema da corrupção revelando que os níveis de corrupção são mais elevados (1) quanto menor for o nível de rendimento médio, (2) quanto maior for o grau de controlo do Estado na economia, (3) quanto mais fracas são as normas e as instituições democráticas, (4) quanto menor for o grau de integração na economia mundial e, (5) quanto menor for a proporção da população com filiação religiosa protestante, concluindo também que a corrupção afeta negativamente o crescimento económico.

4.1. Caracterização da Amostra

Tal como referido anteriormente a presente dissertação tem como objetivo analisar o Impacto da Corrupção sobre a Economia Portuguesa entre o período de 1996-2016.

A amostra selecionada para este estudo empírico é composta por um conjunto de dados secundários referentes a um horizonte temporal de 20 anos onde, serão utilizadas onze variáveis explicativas que ajudam a perceber o seu impacto sobre o crescimento económico.

4.2. Metodologia

O modelo adotado tem por base um estudo de regressão linear, com recurso a dados secundários em painel onde é possível analisar a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes/explicativas a investigar.

A análise estatística foi efetuada através do Método dos Mínimos Quadrados Ordinários ou OLS (do inglês, *Ordinary Least Squares*), ferramenta matemática que utiliza dados discretos para modelação de modelos matemáticos que tentam explicar o comportamento das variáveis, com tratamento de dados em painel e com recurso programa estatístico STATA V.14.

O modelo considerado foi o seguinte:

$$Y_{i,t} = \beta_0 + \sum_{k=1}^n \beta_k X_{ki,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Onde,

$Y_{i,t}$ = Crescimento do PIB *per capita* em Portugal

β_0 = Constante

β_k = Parâmetro estimado pelo modelo

X = Vetor das variáveis explicativas

$\varepsilon_{i,t}$ = Termo residual aleatório ou margem de erro

Capítulo IV: Dados e Metodologia

Sendo que o vetor das variáveis explicativas inclui K fatores, ($K=1, \dots, 11$), que se seguem:

- (1) Taxa Bruta de Escolarização de Nível de Ensino Básico;
- (2) Taxa Bruta de Escolarização de Nível de Ensino Secundário;
- (3) População Ativa
- (4) Estabilidade Política
- (5) Grau de Abertura
- (6) Rácio Investimento/PIB
- (7) Índice de Perceção da Corrupção
- (8) Carga Fiscal
- (9) Despesa Pública
- (10) Consumo Público
- (11) Inflação

4.3. Definição das Variáveis Utilizadas

Para o presente estudo foi utilizada como variável dependente a taxa de crescimento do PIB *per capita* a preços constante de modo a que, apenas o crescimento real da produção seja levado em conta.

Este indicador expresso em unidade percentual, reflete a variação anual da riqueza que uma economia efetivamente cria, tendo sido recolhido da base de dados portuguesa Pordata – Base de Dados Portugal Contemporâneo (in www.pordata.pt).

Como variáveis explicativas foram utilizadas a Taxa Bruta de Escolarização por Nível de Ensino, neste caso, Ensino Básico e Ensino Secundário. Estas variáveis representam a relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo. Ambas as variáveis foram retiradas da base de dados portuguesa Pordata.

A variável Percentagem de População Ativa foi também recolhida da base de dados Pordata, e representa o rácio entre a população ativa no ano civil e população média anual residente com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Capítulo IV: Dados e Metodologia

A variável Estabilidade Política foi recolhida do *site The World Bank* e assume-se como o indicador mais importante para quem quer investir num determinado país, variando numa escala de -2 a 2, sendo que -2 indica que o país não possui estabilidade política e 2 indica que o país representa muita estabilidade. Quanto maior foi a estabilidade política de um país maior será o “apetite” dos investidores externos em investir nesse país.

A variável explicativa Grau de Abertura, recolhida da base de dados Pordata e expressa em unidade percentual, é um indicador de internacionalização que compara o conjunto das exportações e das importações com o valor acrescentado bruto gerado na produção. Quanto mais alta é a percentagem obtida por um produto, setor ou território, maior é o seu grau de abertura ao mercado externo.

A variável Rácio Investimento/PIB, expressa em unidade percentual, resulta da fórmula (Formação Bruta de Capital Fixo no ano civil / PIB no ano civil) * 100) e foi retirada da base de dados Pordata.

A variável Índice de Perceção da Corrupção foi recolhida através dos relatórios anuais da *Transparency International* e assume-se como um indicador de dimensão da corrupção nos setores público e político, indicando o grau de corrupção a partir da opinião de especialistas (empresários e analistas), onde cada país é classificado com uma nota que vai de zero (altamente corrupto) a dez (sem indícios de corrupção).

A variável Carga Fiscal representa o rácio entre o total de impostos e contribuições obrigatórias e o produto interno bruto gerado numa economia num mesmo período temporal. Este indicador assume-se como uma medida de esforço ou preço que uma sociedade paga por beneficiar dos serviços prestados pelo Estado, tendo sido retirado do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A variável Despesa Pública, retirada da base de dados Portada encontra-se expressa em unidade percentual, e reflete o rácio entre as despesas do Estado no ano civil e o PIB desse mesmo ano civil.

A variável Consumo Público também recolhida da base de dados Portada reflete, em percentagem do PIB, o montante gasto pelas administrações públicas em bens e serviços para consumo final encontrando-se expressa em unidade percentual.

Por último, a variável Taxa de Inflação que representa o aumento contínuo dos preços da generalidade dos bens e serviços e foi também retirada da base de dados Portada. Este

Capítulo IV: Dados e Metodologia

indicador é frequentemente calculado através das alterações nos preços dos bens e serviços de uma economia ao longo do tempo sendo que, quando há inflação, o valor do dinheiro diminui porque um determinado montante vai comprar menos bens e serviços do que antes.

Todas estas variáveis acima apresentadas assim como, a sua unidade de medida e fonte de recolha de dados encontram-se sintetizadas na tabela 1.

Tabela 1- Descrição das variáveis, unidade de medida e respetiva fonte

Variável Dependente	Unidade de Medida	Fonte de Dados
PIB <i>per Capita</i>	%	Pordata

Variáveis Explicativas	Unidade de Medida	Fonte de Dados
Nível de Ensino Básico	%	Pordata
Nível de Ensino Secundário	%	Pordata
População Ativa	%	Pordata
Estabilidade Política	-2.5 (fraco) a 2.5 (forte)	<i>The World Bank</i>
Abertura ao Comércio Externo	%	Pordata
Rácio Investimento/PIB	%	Pordata
Índice de Perceção da Corrupção	0 a 10	<i>Transparency International</i>
Carga Fiscal	%	Instituto Nacional de Estatística
Despesa Pública	%	Pordata
Consumo Público	%	Pordata
Inflação	%	Pordata

Fonte: Elaboração própria

4.4. Hipóteses a Testar

Com base nos estudos empíricos de diversos autores inseridos na literatura são apresentadas neste subcapítulo as hipóteses de investigação a testar, sendo elas:

Hipótese 1: Existe uma relação positiva entre o Nível de Ensino Básico e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 2: Existe uma relação positiva entre o Nível de Ensino Secundário e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 3: Existe uma relação positiva entre a Taxa de crescimento da População e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 4: Existe uma relação positiva entre a Estabilidade Política e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 5: Existe uma relação positiva entre o Grau de Abertura e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 6: Existe uma relação positiva entre o Rácio Investimento/PIB e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 7: Existe uma relação negativa entre o Índice de Perceção da Corrupção e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 8: Existe uma relação negativo entre a Carga Fiscal e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 9: Existe uma relação positiva entre a Despesa Pública e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 10: Existe uma relação negativa entre o Consumo Público e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

Hipótese 11: Existe uma relação negativa entre a Inflação e a Taxa de crescimento do PIB *per capita*

4.5. Literatura que sustenta as hipóteses a testar

A hipótese 1 e hipótese 2 apresentadas neste estudo defendem uma relação positiva entre o Nível de Ensino Básico e Nível de Ensino Secundário e a taxa de crescimento do PIB *per capita*, tal como sugerido pelos autores Uzawa (1965), Lucas (1988) e Elrich e Lui (1999). Estes autores foram dos primeiros filósofos a introduzir o setor educacional no modelo de crescimento económico e a defenderem que os indivíduos com maiores níveis de ensino contribuem para o aumento da economia de um país e conseqüentemente, para o crescimento do PIB. Assim, com base nestas teorias esperamos um sinal positivo entre estas variáveis e a taxa de crescimento do PIB *per capita*.

A hipótese 3 assenta no pressuposto de que o crescimento da população tem um impacto positivo no crescimento económico e encontra-se defendida por autores como Julian Simon (1981) onde, através do seu livro “*The Ultimate Resource*”, chegou a admitir que no curto prazo pode existir um efeito negativo desta variável sobre o PIB *per capita* mas, a longo prazo, o crescimento populacional produz feitos positivos.

A hipótese 4 encontra-se sustentada por diversos autores como Jong-A-Pin (2009) e Aisen e Veiga (2013). Segundo estes autores as suas diversas análises dos canais de transmissão revelaram que a instabilidade política afeta negativamente o crescimento económico uma vez que, diminuem as taxas de crescimento de produtividade e desincentiva a acumulação de capital e humano, ou seja, quanto maior for a incidência de instabilidade política menor serão as taxas de crescimento do PIB *per capita* por isso é que a maior parte da literatura relacionada com este tema defende que a estabilidade é essencial ao crescimento económico, esperando-se assim um sinal positivo entre estas duas variáveis.

A hipótese 5 é defendida por David Ricardo (1820) que, ao contrário da teoria da vantagem absoluta de Adam Smith (1776) defendeu a teoria da vantagem comparativa ou relativa ou seja, quando um país é absolutamente menos eficiente a produzir todos os

bens, pode continuar a participar no comércio internacional produzindo e exportando apenas os bens que produz de forma relativamente mais eficiente uma vez que, existe sempre um bem em que a desvantagem relativa é menor. Também mais recentemente esta teoria foi defendida por pensadores como Óscar Afonso e Álvaro Aguiar (2004) através do seu estudo “Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX”, defendendo que o grau de abertura tem um efeito positivo sobre o crescimento da economia.

A hipótese 6 encontra-se sustentada por autores como Mendéz e Sepúlveda (2006) que defendem que a corrupção tem capacidade para promover o investimento uma vez que, é uma maneira de contornar leis e processos demasiados burocráticos. Segundo estes autores existe uma relação positiva entre o rácio Investimento/PIB quando os níveis de corrupção são baixos já o contrário não se verifica quando o nível de corrupção aumenta descontroladamente.

A hipótese 7 é alvo de muitas discórdias entre a literatura porém, a grande parte dos autores que se debruçaram sobre o tema como, Mauro (1995) e Mo (2001) defendem que a corrupção afeta negativamente o crescimento das economias e consequentemente, o crescimento do PIB *per capita* pois promove a desigualdade entre as economias, esperando-se assim o sinal negativa entre estas duas variáveis.

A hipótese 8 em análise tal como a hipótese anterior foi objeto de múltiplos estudos não consensuais por parte de diversos autores. Robert Barro (1991) e Charles Plosser (1992) são apenas alguns dos pensadores que defendem que o crescimento económico está inversamente relacionado com o rácio dos gastos públicos sobre o PIB, demonstrando nos seus estudos que os países que apresentam menor proporção de impostos apresentam maior PIB *per capita* quando comparados com os países com menor crescimento.

A hipótese 9 que defende uma relação positiva entre a despesa pública e a taxa de crescimento do PIB *per capita* encontra-se defendida por autores como, Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009). A metodologia utilizada no estudo deste autor para examinar o impacto deste indicador no crescimento económico de longo prazo teve por base o trabalho de Devarajan et al (1996) e foi aplicada a uma amostra de 17 países da OCDE chegando-se à conclusão que a orientação da despesa pública para despesas “produtivas”

como, infra-estruturas essenciais ou desenvolvimento económico e educação tem um efeito positivo no crescimento económico de longo prazo.

A hipótese 10 é defendida por Landau (1983) que nos seus estudos encontrou uma relação significativamente negativa entre a taxa de crescimento do PIB *per capita* e o nível de gastos de consumo do Governo, ao analisar 104 países numa base cross-section.

Por último, a hipótese 11 assente em teorias defendidas por autores como Stockman (1981) e Aschauer e Greenwood (1983) demonstram que, o efeito da inflação afeta negativamente o crescimento económico uma vez que, a inflação faz aumentar o preço dos bens e serviços, levando a que as famílias deixem de consumir e consequentemente, exista um decréscimo do PIB per capita.

A tabela seguinte resume de forma mais simplificada todos os sinais esperados descritos anteriormente assim como, todos os autores que defendem estes mesmos sinais.

Capítulo IV: Dados e Metodologia

Tabela 2- Descrição das variáveis usadas e respetivos sinais esperados

<i>Variável</i>	Descrição da Variável	Unidade de medida	Sinal Esperado	Autores Apologistas
<i>Ensino Basic</i>	Nível de Ensino Básico	%	Positivo	Uzawa (1965)
<i>Ensino Sec</i>	Nível de Ensino Secundário	%	Positivo	Elrlich e Lui (1999)
<i>População</i>	Taxa de crescimento da População	%	Positivo	Julian Simon (1981)
<i>Estabilidade</i>	Estabilidade Política	-2.5 (fraco) a 2.5 (forte)	Positivo	Jong-A-Pin (2009) e Aisen e Veiga (2013)
<i>Grau Abertura</i>	Grau de Abertura	%	Positivo	Teoria da vantagem comparativa ou relativa de David Ricardo (1820) e Óscar Afonso e Álvaro Aguiar (2004)
<i>INV/PIB</i>	Rácio Investimento/PIB	%	Positivo	Mendéz e Sepúlveda (2006)
<i>IPC</i>	Índice de Perceção da Corrupção	0 a 10	Negativo	Mauro (1995)
<i>Carga Fiscal</i>	Carga Fiscal	%	Negativo	Plosser (1992)
<i>Despesa Pública</i>	Despesa Pública	%	Positivo	Gemmell, N., R. Kneller e I. Sanz (2009)
<i>Consumo Público</i>	Consumo Público	%	Negativo	Landau (1983)
<i>Inflação</i>	Inflação	%	Negativo	Stockman (1981) e Aschauer e Greenwood (1983)

Fonte: Elaboração própria

Capítulo V: Análise de Resultados

Com base nos vários estudos já realizados e existentes na literatura empírica acerca da relação entre a corrupção e o crescimento económico e, atendendo à importância deste fenómeno da economia dos países, surgiu o interesse de explorar o impacto desta variável, aplicada ao caso português, tendo por base os estudos empíricos Veronika Linhartova e Eva Židova (2016) e algumas variáveis explicativas de conforme o estudo de Swaleheen (2009).

Em primeiro lugar foi efetuado o teste de correlação entre as variáveis da amostra, tal como evidenciado pela tabela 3 através da aplicação informática STATA. Esta análise de correlação tem por objetivo medir o grau de relacionamento entre as variáveis, demonstrando se a relação é forte ou fraca. Assim, quando a amostra é homogénea, o valor do coeficiente de correlação é a variabilidade da amostra e, quando maior a variabilidade das variáveis envolvidas na análise, maior a correlação entre elas.

A tabela 4 apresenta o resumo das estatísticas descritivas de cada uma das variáveis independentes onde se podem observar as médias, desvios-padrão, mínimos e máximos de cada uma delas.

Relativamente às médias observadas podemos constatar que à exceção da variável população, todas as restantes variáveis são bastante importantes para o presente estudo, apresentando médias bastante elevadas.

Em relação aos desvios-padrão podemos observar que à exceção das variáveis População e Índice de Perceção da Corrupção, os desvios-padrão são bastante elevados indicando que existe uma grande dispersão dos dados em torno da média, ou seja, os erros são heterocedásticos.

Capítulo V: Análise de Resultados

Tabela 3- Matriz de correlação das variáveis independentes

	PIB	Ens. Básic	Ens. Sec.	População	Estabilidade	Grau de Abertura	Invest/PIB	IPC	Carga Fiscal	Despesa	Consumo	Inflação
PIB	1,0000											
E. Básic	-0,7022	1,0000										
E. Secun	-0,5348	0,9365	1,0000									
População	-0,0737	-0,1018	-0,2964	1,0000								
Estabilidade	0,5872	-0,8952	-0,7842	-0,1856	1,0000							
Grau de Abertura	-0,3060	0,7909	0,8812	-0,3442	-0,6347	1,0000						
Invest/PIB	0,5885	-0,9164	-0,9583	0,2724	0,8270	-0,8177	1,0000					
IPC	0,6001	-0,6691	-0,4802	-0,0813	0,5792	-0,2832	0,4370	1,0000				
Carga Fiscal	-0,2697	0,6990	0,8603	-0,5030	-0,4646	0,9027	-0,7906	-0,1937	1,0000			
Despesa	-0,6605	0,8497	0,7289	0,0131	-0,8257	0,4858	-0,7539	-0,6876	0,4133	1,0000		
Consumo	-0,4426	0,2022	-0,0331	0,7478	-0,3124	-0,2694	0,0691	-0,4681	-0,3041	0,3839	1,0000	
Inflação	0,2112	-0,5836	-0,6232	0,2118	0,5593	-0,4102	0,6193	0,3751	-0,4651	-0,5812	0,0157	1,0000

Fonte: Elaboração Própria

Capítulo V: Análise de Resultados

Tabela 4- Estatística Descritiva

	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
PIB per capita	1,180476	2,359681	-4,03	4,79
Ensino Básico	17,24762	2,678735	13,4	20,5
Ensino Secundário	14,16667	3,321947	10	20,4
População Ativa	0,2161905	0,0948407	0,07	0,41
Estabilidade	1,01	0,2485759	0,7	1,35
Grau de Abertura	72,36048	7,228356	63,28	83,89
Inv/PIB	21,88571	4,567525	14,8	28
IPC	6,361905	0,2597618	5,8	7
Carga Fiscal	31,56667	1,537314	29,9	34,6
Despesa Pública	46,17619	3,132236	42,4	51,8
Consumo Público	19,3381	1,151293	17,7	21,4
Inflação	2,166667	1,377074	-0,8	4,4

Fonte: Elaboração própria

A tabela 5 apresenta os resultados obtidos na estimativa OLS (Método dos Mínimos Quadrado Ordinários) do modelo em estudo verificando-se que o poder explicativo do modelo é de 73.47%. O estudo pressupõe apenas quatro variáveis independentes com significância estatística sendo elas: o Nível de Ensino Básico que apresenta um sinal negativo que contraria a teoria dos autores Uzawa (1965) e Lucas (1988), o Nível de Ensino Secundário que regista um sinal positivo tal como, defendido por Elrich e Lui (1999), a Estabilidade Política que apresenta um sinal contrário aos estudos empíricos de Jong – A- Pin (2009) e Aisen e Veiga (2013) e o Rácio Investimento/PIB que apresenta um sinal positivo tal como defendido pelos autores Mendéz e Sepúlveda (2006).

Capítulo V: Análise de Resultados

Tabela 5- Estimativa OLS

Estadística de regressão

R múltiplo 0,8806

Quadrado de R 0,7347

PIB	Coeficientes	Erro-padrão	Stat t	valor P	95% inferior	95% superior
constante	9,319513	27,23246	0,34	0,74	-52,2846	70,92363
Ensino Básico	-2,083901	0,8049003	-2,59	0,029 **	-3,904711	-0,2630897
Ensino Secundário	1,197676	0,5772583	2,07	0,068 *	-0,108173	2,503525
População Ativa	3,846889	8,945366	0,43	0,677	-16,38893	24,08271
Estabilidade	-10,48522	4,646877	-2,26	0,050 **	-20,99719	0,0267432
Grau de Abertura	0,0213425	0,2257087	0,09	0,927	-0,489246	0,531931
Inv/PIB	0,8788973	0,3970519	2,21	0,054 *	-0,0192964	1,777091
IPC	-1,396964	2,029844	-0,69	0,509	-5,98879	3,194862
Carga Fiscal	0,6122563	0,8004605	0,76	0,464	-1,198511	2,423024
Despesa Pública	0,2457115	0,2352998	1,04	0,324	-0,2865737	0,7779968
Consumo Público	-1,113249	1,011721	-1,1	0,300	-3,401921	1,175422
Inflação	-0,2042138	0,3348403	-0,61	0,557	-0,9616752	0,5532476

Significância estatística: *** p<1%; ** p<5%; * p<10%

Fonte: Elaboração própria

Após ser testado o modelo através da estimativa OLS verificámos que as variáveis População Ativa, Grau de Abertura, Índice de Perceção da Corrupção (IPC), Carga Fiscal, Despesa Pública, Consumo Público e Inflação não apresentam significância estatística, existindo grandes diferenças entre os pressupostos e os resultados obtidos.

Assim, foi testado conforme a tabela 6 novamente o modelo mas agora, retirando as variáveis sem significância estatística, com exceção da variável IPC e do Grau de

Capítulo V: Análise de Resultados

Abertura, dado que consideramos variáveis determinantes na análise do pressuposto estudo.

Após a aplicação do modelo verificámos que, a variável IPC torna-se negativa e estatisticamente significativa a 1% quando retiradas as variáveis população, carga fiscal, despesa pública e inflação não se verificando no entanto, significância estatística para a variável Grau de Abertura, como outrora já tinha acontecido na tabela 5.

Tabela 6- Regressão Linear (variáveis estatisticamente significativas e outras)

Estatística de regressão	
Adj R - squared	0,8437

PIB	Coefficientes	Erro-padrão	Stat t	valor P	95% inferior	95% superior
constante	33,34867	9,469632	3,52	0,006 ***	11,92687	54,77046
Ensino Básico	-2,195017	0,4366584	-5,03	0,001 ***	-3,182806	-1,207227
Ensino Secundário	1,4459	0,4316631	3,35	0,009 ***	0,4694103	2,42239
Estabilidade	-10,8593	2,58761	-4,2	0,002 ***	-16,71288	-5,005719
Grau de Abertura	0,0632344	0,1004242	0,63	0,545	-0,1639409	0,2904096
Inv/PIB	0,7570497	0,1918213	3,95	0,003 ***	0,3231198	1,19098
IPC	-1,660714	0,8530363	-1,95	0,083 *	-3,590416	0,2689885
Consumo Público	-0,7448517	0,2897609	-2,57	0,03 **	-1,400336	-0,0893671

Significância estatística: *** p<1%; ** p<5%; * p<10%

Fonte: Elaboração própria

A variável nível de ensino básico apresenta significância estatística a 1% porém um sinal negativo que contraria a hipótese dominante de que o nível de escolaridade afeta positivamente o crescimento económico, tal como defendido autores como Uzawa

Capítulo V: Análise de Resultados

(1965). Ao contrário desta, a variável nível de ensino secundário apresenta significância estatística a 1% e o resultado obtido encontra-se em consonância com a hipótese dominante, sinal [+], defendido por Elrich e Lui (1999) na sua análise empírica de resultados onde afirmam que “o investimento em capital humano é um motor de crescimento económico”.

A variável estabilidade política apresenta um nível de significância estatística a 1%, sendo o sinal obtido oposto ao sinal esperado, tal como observado pelos autores Jong-A-Pin (2009) e Aisen e Veiga (2013).

O sinal positivo obtido na variável Investimento/PIB assemelhasse a outros estudos empíricos, como Mendéz e Sepúlveda (2006), confirmando a hipótese formulada com um nível de significância estatística a 1%.

A variável índice de perceção da corrupção apresenta-se estatisticamente significativa a 10% e um sinal negativo, tal como defendido pela grande parte da literatura empírica sobre o impacto da corrupção no crescimento económico e por autores como Mauro (1995), um dos primeiros pensadores a defender esta teoria.

Por último, a variável consumo público apresenta também um nível de significância estatística a 1%, apresentando um sinal negativo tal como, defendido pelo autor Landau (1983).

A tabela 7 apresenta o resumo dos sinais esperados e sinais observados das variáveis em análise verificando-se que, à exceção das variáveis Nível de Ensino Básico e Estabilidade Política, todas as restantes variáveis foram ao encontro da literatura evidenciada na tabela 2.

Capítulo V: Análise de Resultados

Tabela 7 - Comparação entre o sinal esperado e o sinal obtido

Variável	Sinal Esperado	Sinal Obtido
Nível de Ensino Básico	[+]	[-]
Nível de Ensino Secundário	[+]	[+]
Estabilidade Política	[+]	[-]
Abertura ao Comércio Externo	[+]	[+]
Rácio Investimento/PIB	[+]	[+]
Índice de Perceção da Corrupção	[-]	[-]
Consumo Público	[-]	[-]

Fonte: Elaboração própria

Em suma, os resultados obtidos neste estudo vão ao encontro da maior parte literatura empírica apresentada assim como, os estudos elaborados pelas autoras Veronika Linhartova e Eva Židova (2016) defendendo que a corrupção afeta negativamente o crescimento económico.

Capítulo VI: Conclusão

A presente dissertação apresenta uma investigação teórica e empírica acerca da relação entre a corrupção e o crescimento económico abordando o conceito de corrupção como um fenómeno gerador de desigualdade social e retardador do crescimento.

Atualmente a corrupção é, sem dúvida, um dos maiores problemas estruturais vivenciados em todo o mundo e um problema que tem vindo a aumentar nos últimos anos sendo portanto, um tema de debate e preocupação por parte de muitas organizações internacionais, como é o caso da Transparência Internacional e do Banco Mundial.

Apesar dos vários estudos já elaborados na literatura empírica sobre o tema, os resultados continuam bastante divergentes pois, se por um lado diversos autores como Mauro (1995) e Mo (2001) defendem que a corrupção pode até ser vantajosa para o crescimento da economia desde que, algumas variáveis sejam devidamente controladas, outros pensadores como Leff (1964) e Bailey (1966), defendem que a corrupção afeta negativamente o crescimento da economia.

O presente estudo procurou analisar o impacto da corrupção na Economia Portuguesa entre 1996-2016 chegando-se à conclusão que a corrupção afeta negativamente o crescimento económico tal como, defendido pela maioria da literatura.

Segundo Khan (2006), Costa e Santos (2006), Salifu (2008) e OECI (2011), qualquer estratégia de redução da corrupção, independentemente do país em questão, deverá contemplar seguintes medidas: (1) elaboração de acordos e convenções internacionais contra a corrupção, (2) alterações legislativas, (3) promoção da transparência pública, (4) redução da burocracia, (5) promoção de uma cultura de legalidade, (6) integridade e ética, (7) melhoria dos sistemas informatizados, (8) melhoria dos sistemas de controlo interno, (9) dinamização das entidades inspetoras, (10) melhoria da articulação entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária, (11) melhoria do tratamento das denúncias anónimas, (12) criação de uma unidade independente contra a corrupção que coordene as ações de prevenção da corrupção em todas as entidades públicas e (13) elaboração de planos de prevenção da corrupção

Porém, segundo a Transparência Internacional os “ajustes técnicos em leis específicas anticorrupção não são o suficiente”. São necessárias “reformas sistêmicas profundas, que corrijam o desequilíbrio crescente entre poder e riqueza por meio do

Capítulo VI: Conclusão

empoderamento social para acabar com a impunidade, responsabilizar os poderosos e garantir que as pessoas tenham voz nas decisões que afetam suas vidas”.

Capítulo VII: Limitações do Estudo

As principais limitações do presente estudo relacionam-se com a amostra de dados recolhidos (número de anos em análise) e com a variável Índice de Perceção da Corrupção (IPC) que foi recolhida com base na opinião de especialistas e embora a Transparência Internacional seja considerada uma entidade isenta e uma referência mundial na avaliação da corrupção em todo o mundo, este índice é apenas um índice de perceção, ou seja, não consegue observar todos os casos de corrupção que ocorrem, devendo ser analisado como uma estimativa ao invés de um dado de precisão máxima.

Capítulo VIII: Perspetivas de Investigações Futuras

Para investigações futuras, seria pertinente efetuar este estudo em outros países por forma a analisar a influência da corrupção no crescimento económico de mais economias e relembrar a importância deste assunto entre a população, tentando fazer com que as pessoas fiquem mais atentas a este flagelo e denunciem entre as entidades competentes mais casos de corrupção.

Poderia ser também interessante utilizar este estudo em países maioritariamente religiosos e maioritariamente protestantes comparando posteriormente o nível de corrupção em cada um deles.

Capítulo IX: Referências

- Acemoglu, D. and Verdier, T. (1998) Property Rights, Corruption and the Allocation of Talent: A General Equilibrium Approach. *Economic Journal*, 108, 1381-1403.
- Afonso, Óscar, Aguiar, Álvaro. (2004). “Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX”. CEMPRE – Centros de Estudos Macroeconómicos e Previsão. Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Aghion, Philippe, Akcigit, Ufuk, Cagé, Julia, Kerr, William. (2016). “Taxation, corruption, and growth”. *Journal Elsevier*. 86. p 24-51
- Agostino, G; Dunne, J. and Pironi. L. (2016). “Government Spending, Corruption and Economic Growth”, *World Development* Vol. 84, pp.190-205, Elsevier
- Ahlin and Pang. (2007). Are financial development and corruption control substitutes in promoting growth?. *Journal of Development Economics* 86 (2008) 414–433. Elsevier
- Aidt, T. S., Dutta, J., & Sena V. (2008). Governance regimes, corruption and growth: Theory and evidence. *Journal of Comparative Economics*, 36, 195–220. Elsevier
- Aisen, Ari and Veiga, Francisco. (2013). How does political instability affect economic growth?. *European Journal of Political Economy*, Vol. 29, ISSUE C. pp. 151-167
- Alesina, Alberto, and George-Marios Angeletos. 2005. "Fairness and Redistribution." *American Economic Review*, 95 (4): 960-980.
- Alon, A. and Hageman. A. (2012). The Impact of Corruption on Firm Tax Compliance in Transition Economies: Whom Do You Trust?. *J Bus Ethics* (2013) 116: 479-494
- Alon, Anna, Hageman, Amy M. (2013). The Impact of Corruption on Firm Tax Compliance in Transition Economies: Whom Do You Trust?. *J Bus Ethics*. 116: 479-494
- Alon, Ilan, Li, Shaomin, Wu, Jun. (2016). “Corruption, Regime Type, and Economic Growth. *Finance and Management*”. Volume 16. Number 4. p 332-361
- Ameixieira, P. Mariana. (2013). “Economia da Corrupção e crescimento económico: uma proposta de sistematização”. Faculdade de Economia da Universidade do Porto. p 1 – 89
- Anokhin, S., & Schulze, W., S. (2009). Entrepreneurship, Innovation, and Corruption. *Journal of Business Venturing* 24 (5). 465 – 476.
- Aschauer, David, Jeremy Greenwood. (1985). "Macroeconomic Effects of Fiscal Policy." Department of Economics Research Reports, 8501. London, ON: Department of Economics, University of Western Ontario
- Åslund, Anders and Jenish, Nazgul. *The Eurasian Growth Paradox* (June 2006). Institute for International Economics Working Paper No. 06-5.

Capítulo IX: Referências

- Assiotis, Andreas and Sylweste, Kevin. (2014). “Do the Effects of Corruption upon Growth Differ Between Democracies and Autocracies?”. *Review of Development Economics*. 18(3), p 581-594
- Augusto, É. (2015). “Os efeitos da inflação sobre o Crescimento Económico”. Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo
- B.E. Ashforth, D.A. Gioia, S.L. Robinson, I.K. Treviño. (2008). Re-viewing organizational corruption. *Academy of Management Review* Volume 33, Issue 3, Pages 670-684
- Banerjee, A.; Hanna. R. & S. Mullainathan. (2012). Corruption. HKS Faculty Research Working Paper Series
- Barro, Robert J. (1991). Economic Growth in a Cross Section of Countries. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 106, No 2. pp. 407-443
- Bailey. D.H. (1966). The effects of corruption in a developing nation. *Western Political Quarterly* 19: 719-732.
- Baumol. William. (1990). Entrepreneurship: Productive, Unproductive, and Destructive. *The Journal of Political Economy*, Vol. 98, No. 5, Part 1. pp. 893-921
- Beck, P.J. and Maher. M.W. (1986). A comparison of bribery and bidding in Ihin markets. *Economics Letters* 20:1-5
- Billger, S.M. and R.K. Goel (2009). Do Existing Corruption Levels Matter in Controlling Corruption? Cross-country Quantile Regression Estimates, *Journal of Development Economics*. 90: 299-305.
- Blackburn, K. and Forgues-Puccio, G.F. (2007) Distribution and Development in a Model of Misgovernance. *European Economic Review*, 51, 1534-1563.
- Blogues. Publico. 2012. Tem de agir contra a corrupção na banca. Disponível em: <http://blogues.publico.pt/asclaras/2012/08/07/g20-tem-de-agir-contr-a-corrupcao-na-banca/>
- C. Castro. (s.d). Corrupção e Crescimento Económico – Uma Relação não Linear na União Europeia dos 15?
- Costa, L. & Santos, M. (2006). Corrupção versus Desenvolvimento, a esquizofrenia do Combate. Working paper, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- C. Huang. (2015). “Is corruption bad for economic growth? Evidence from Asia-Pacific countries”. *North American Journal of Economics and Finance* 35, pp. 247–256, Elsevier

Capítulo IX: Referências

- C. Pimenta, A. Maia, A. Teixeira. J. Moreira. 1ª Edição de Junho de 2014. Perceção da Fraude e da Corrupção no Contexto Português. Edições Húmus, Lda. Coleção Tramas
- Campos, Nauro F. and Dimova, Ralitza D. and Saleh, Ahmad, (2010). Whither Corruption? A Quantitative Survey of the Literature on Corruption and Growth. IZA Discussion Paper No. 5334.
- Costa. Jean. (2010). Maquiavel e o Trágico. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo
- Cunha, R; Serra. S. e Costa. M. (2012). Medidas de Combate à Corrupção em Portugal. Book of Proceeding – Tourism and Management Studies International Conference Algarve, Vol.2. University of the Algarve
- D. Kaufmann. (1997). Corruption: The Facts. Edition of Foreign Policy
- Diário de Notícias. (09/12/2015). Caso BES é o mais simbólico da grande votação no mundo. Disponível em: <http://www.dn.pt/dinheiro/interior/caso-bes-e-o-mais-simbolico-da-grande-corrupcao-no-mundo-comecou-a-votacao-4922041.html>
- Diário de Notícias. 2016. Caso BES é o mais simbólico da grande corrupção no mundo. Disponível em: <http://www.dn.pt/dinheiro/interior/caso-bes-e-o-mais-simbolico-da-grande-corrupcao-no-mundo-comecou-a-votacao-4922041.html>
- Diarra, G. and Marchand, S. (2011), “Environmental Compliance, Corruption and Governance: Theory and Evidence on Forest Stock in Developing Countries,” CERDI WP 1, January
- Dimant. Eugen, Tosato. Guglielmo. (23/01/2016) - “Causes and effects of Corruption: What has past decade’s empirical research taught us? A survey. University of Pennsylvania. in Journal of Economic Survey
- Dridi. (2013). Corruption and economic growth: The transmission channels. Journal of Business Studies Quarterly 4(4):121-152 · January 2013
- Dzhumashev, Ratbek. (2013). “Corruption and Growth: The role of governance, public spending, and economic development”. Journal Elsevier. p 202-215
- Dzhumashev. Ratbek. (2013). THE TWO-WAY RELATIONSHIP BETWEEN GOVERNMENT SPENDING AND CORRUPTION AND ITS EFFECTS ON ECONOMIC GROWTH. Contemporary Economic Policy

Capítulo IX: Referências

- Economia Finanças. (2014). Carga Fiscal. Disponível em: <https://economiafinancas.com/2014/conceito-de-carga-fiscal-nao-se-deixe-enganar-por-uma-conclusao-mal-formada/>
- Ehrlich, I., & Lui, F. (1999). Bureaucratic corruption and endogenous economic growth. *Journal of Political Economy*, 107 (S6), 270–293
- Ehrlich, Isaac and Lui. Francis. (1999). Bureaucratic Corruption and Endogenous Economic Growth. *Journal of Political Economy*, Vol. 107. No 6
- Fisman, Raymond & Gatti, Roberta, 2002. "Decentralization and corruption: evidence across countries," *Journal of Public Economics*, Elsevier, vol. 83(3), pages 325-345, March.
- Fisman, Raymond, and Shang-JinWei. 2004. "Tax Rates and Tax Evasion: Imports in China." *Journal of Political Economy*, 112 (2004), 471–496.
- Friedrich, C. (1972). *Pathology of Politics, Violence, Betrayal, Corruption, Secrecy and Propaganda*. New York: Harper&Row.
- Gao, Y. (2011), "Isomorphic Effect and Organizational Bribery in Transitional China," *Asian Business and Management* 10. Forthcoming
- Gemmell, Norman, Kneller. Richard and Sanz, Ismael. (2009). Fiscal Decentralization and Economic Growth: Spending Versus Revenue Decentralization. *Economic Inquiry*
- Gestão Transparente. (s.d), Enquadramento teórico. Disponível em: <http://gestaotransparente.org/enquadramento-teorico/>
- Gestão Transparente. (s.d). Guia Prático de Gestão de Riscos de Corrupção nas Organizações. Disponível em: <http://gestaotransparente.org/>
- GestaoTransparente.Org. (s.d). Enquadramento teórico. Disponível em: <http://gestaotransparente.org/enquadramento-teorico/>
- GestaoTransparente.Org. (s.d). Instrumentos de prevenção. Disponível em: <http://gestaotransparente.org/instrumentos-de-prevencao/>
- Goel. Rajeev K & Nelson. Michael. (1998). Corruption and government size: A disaggregated analysis. Department of Economics, Illinois State University Normal, IL 61790-4200, USA, *Public Choice* 97: p. 107-120
- Gymah-Brempong. (2006). Corruption, Growth, and Income Distribution: Are there regional differences?. *Economics of Governance*. Vol.7, issue 3, p. 245-269

Capítulo IX: Referências

- Hayashi, Felipe. (s.d.). “O Impacto da Corrupção sobre o Desenvolvimento dos Países”. Universidade Católica do Paraná. p 1-23
- Heckelman, J.C. and Powell, B. (2010), “Corruption and the Institutional Environment for Growth,” *Comparative Economic Studies* 52: 371
- Home page. (s.d). Corruption and Growth. Disponível em: <http://homepage.ntu.edu.tw/~kslin/macro2009/Mauro%201995.pdf>
<http://homepage.ntu.edu.tw/~kslin/macro2009/Mauro%201995.pdf>
- Huang, Chiung-Ju. (2016). “Is corruption bad for economic growth? Evidence from Asia-Pacific countries”. *Journal Elsevier*. p 247-256
- I. Alan, S. Li & J. Wu. (2016). Corrupton, Regime Type and Economic Growth. *Public Finance and Management*. Volume 16. Number 4. pp. 332-361
- Index Mundi. (s.d). Taxa de crescimento da população em Portugal. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=po&v=24&l=pt>
- Inteli. (s.d). Briefing Transparência. Disponível em: <http://www.inteli.pt/pt/go/briefing-transparencia>
- Ionescu, Luminita. (2011). “The Influence of Corruption on Economic Growth”. *Economics, Mangement, and Financial Markets*. Volume 6(1). p 453-458
- its Transmission Channels. *KYKLOS*, Vol. 57 – 2004 – Fasc. 3, 429 – 456
- Ivanyna, Maksym, Moumouras, Alexandros, Rangazas, Peter. (2015). “The Culture of Corruption, Tax Evasion, and Economic Growth”. *Economic Inpuiry*. p 1-24
- J. Lambsdorff & G. Schulze. (s.d).What Can We Know About Corruption?. Guest Editorial: Special Issue on Corruption at the Grassroots-level
- J. Lambsdorff & M. Nell (2006). *Corruption: Where we stand and where to go*. Published in Kreutner, M. (Editor): “The Corruption Monster: Ethik, Politik und Korruption”, Vienna
- J. Lambsdorff. (2003). *How corruption affects economic development*. University of Passau, Germany
- Jensen, Nathan, Rahman, Aminur, (2011). “The Silence of Corruption - Identifying Underreporting of Business Corruption through Randomized Response Techniques”. *Policy Research Working Paper*. p 1-36
- Johnson, Noel D., La Fountain, Courtney L., Yamarik, Steven. (2011). “Corruption is bad for growth (even in the United States)”. *Public Choice*. 147: 377-393

Capítulo IX: Referências

- Johnson, S., Kaufmann, D., & Zoido-Lobaton, P. (1998). Regulatory discretion and the unofficial economy. *American Economic Review*, 88(2), pp. 387–392.
- Johnson, Simon. Porta, Rafael. Silanes, Florencio. Shleifer, Andrei. (2000). The *American Economic Review*, Vol. 90, No. 2, Paper and Proceedings of the One Hundred Twelfth Annual Meeting of the American Economic Association. p 22-27
- Jong-A-Pin. (2009). On the measurement of political instability and its impact on economic growth. *European Journal of Political Economy*, Vol. 25, ISSUE 1. pp. 15-29
- Jornal de Negócios. (2015). Há quatro anos Portugal anunciava pedido de ajuda financeira. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/economia/financas-publicas/detalhe/ha_quatro_anos_portugal_anunciava_pedido_de_ajuda_financeira
- Jornal de Negócios. (2016). Troika chegou e saiu há dois anos de Portugal. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/economia/ajuda-externa/detalhe/troika_chegou_ha_cinco_anos_e_saiu_ha_dois_portugal_em_15_graficos
- Jornal de Negócios. (27/01/2016). Portugal não melhora no ranking da corrupção mas também não piora. Disponível em: http://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/portugal_ao_melhora_no_ranking_da_corrupcao_mas_tambem_ao_piora
- Khan, M. (2006). Role of audit in fighting corruption. Comunicação apresentada na Conferência: Ethics, Integrity, and Accountability.
- Knack and Keefer. (1995). Institutions and Economic Performance: Cross-Country Tests Using Alternative Institutional Measures. *Economics and Politics*, Vol 7, No.3
- L. Ionescu. (2011). The Influence of Corruption on Economic Growth. *Economics, Management and Financial Markets* Vol 6 (1), 2011, pp. 453-458, ISSN 1842-3191
- La Porta, Raphael, Florencio Lopez-de-Silanes, Andrei Shleifer, and Robert Vishny, (1999). “The Quality of Government.” *Journal of Law, Economics, and Organizations*, 15, 222 – 279.
- Lambsdorff, Johann Graf (1998): “An Empirical Investigation of Bribery in International Trade”, *European Journal of Development Research*, 10, S. 40-59.
- Lambsdorff, Johann Graf (2003b): How Corruption Affects Productivity, *Kyklos*, 56 (4).
- Landau, D.L. (1983). Government expenditure and economic growth: a cross-country study. *Southern Economic Journal* 49, pp:783-92.

Capítulo IX: Referências

- Landau, D.L. (1986) “Government and Economic Growth in the Less Developed Countries: An Empirical Study for 1960–80”, *Economic Development and Cultural Change*, 35(1):35–75.
- Leff, N. (1964). Economic development through bureaucratic corruption. *American Behavioral Scientist*, 8, pág 8-14
- Leitão, Nuno Carlos. (2009). “Comércio Intra-Sectorial: Teoria e Evidência Empírica”. Biblioteca Nacional de Portugal. Edições Ecopy
- Leys, C. (1965) What is the Problem About Corruption? *Journal of Modern African Studies*, 3 (2), August, 215-340.
- Lien, D.H.D. (1986). A note on competitive bribery games. *Economics Letters* 22: 337-341.
- Linhartová, Veronika, Židová, Eva. (2016). “The Impact of Corruption on Economic Growth in OECD Countries”. Faculty of economic and administration. p 1-13
- Lucas, Robert. (1988). On the Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics* 22. pp. 3-42, North-Holland
- Lui, F.T. (1985). An equilibrium queuing model of bribery. *Journal of Political Economy* 93: 760-781
- Lui, Francis T., "A Dynamic Model of Corruption Deterrence," *Journal of Public Economics*, (1986) Elsevier, vol. 31(2), pages 215-236
- M. Ameixeira. (09/2013). *Economia da corrupção e crescimento económico: uma proposta de sistematização*. Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Maiyaki. (2010). The Effects of Corruption on the Nigerian Economy. *IBA Business Review*, Vol. 5 Issue 2, p111-126. 16p. 2 Charts
- Maquiavel. Nicolau. (1521). *Discursus Florentinarum Rerum*. In. Niccolò Machiavelli: *Tutte le Opere*. Sansoni editore, 1971
- Mauro, P. (1995). Corruption and Growth. In: *Quarterly Journal of Economics*, 60, p. 681-712
- Mauro, P. (2004). The Persistence of corruption and slow economic growth. *IMF Staff Papers*, 51, pp. 1–18
- Meireles, A. (2011). “As Interações entre o Crescimento Demográfico e Crescimento Económico”, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Economia e Gestão

Capítulo IX: Referências

- Mendéz, F. & Sepúlveda, F. (2006). Corruption, growth and political regimes: Cross country evidence. *European Journal of Political Economy* (22). pp. 82-98
- Méon, Pierre-Guillaume & Weill, Laurent, 2010. "Is Corruption an Efficient Grease?," *World Development*, Elsevier, vol. 38(3), pages 244-259, March.
- Miari, R, Mesquita, J, Pardini, D. (2014). "Eficiência de Mercado e Corrupção Organizacional: Estudos dos Impactos Sobre o Valor dos Acionistas. *BBR – Brazilian Business Review*. p. 1-26
- Misangyi, Weaver and Elms. (2008). Ending Corruption: The Interplay Among Institutional Logics, Resources, and Institutional Entrepreneurs. *Academy of Management Review*. Vol. 33, p. 750-770
- Mo, P. H. (2001). Corruption and Economic Growth. *Journal of Comparative Economics* 29: 66–79
- Moller, J. and Skaaning, S.-E. (2010), "From Each According to His Need, to Each According to His Ability: A Comparative Analysis of Post-communist Corruption," *Acta Politica* 45(3): 320–345
- Mundo Educação. Bol. Uol. (s.d). Quais são os países mais corruptos. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/quais-sao-os-paises-mais-corruptos.htm>
- Murphy, Kevin. M, Andrei Shleifer, and Robert W Vishny. 1991. "The Allocation of Talent: Implications for Growth." *Quarterly Journal of Economics* 106 (2): 503-530.
- Myrdal, G. (1968). *Asian drama: An enquiry the poverty of nations*, vol 2. New York: The Twentieth Century Fund. Reprint in A.J. Heidenheimer, M. Johnston and V.T. Le Vine (Eds.), *Political corruption: A handbook*. 953-961, 1989. Oxford: Transaction Books
- Neeman, Z., Paserman, M.D. and Simhon, A. (2008) Corruption and openness. *The BE Journal of Economic Analysis and Policy* 8(1): 1935–1982.
- Nobuo Akai & Yusaku Horiuchi & Masayo Sakata. (2005). "Short-run and Long-run Effects of Corruption on Economic Growth: Evidence from State-Level Cross-Section Data for the United States," CIRJE F-Series CIRJE-F-348, CIRJE, Faculty of Economics,
- Nye, N.S. (1967). Corruption and political development: A cost-benefit analysis. *American Political Science Review* 61:417-4-27. Reprint in A.J. Heidenheimer, M. Johnston and VT. Le Vine(Eds.). *Political corruption: A handbook*. 963-984, 1989. Oxford. Transaction Books

Capítulo IX: Referências

- Observador. 2016. Veja como estamos de corrupção no mundo e que Portugal mantém 28 lugar. Disponível em: <http://observador.pt/2016/01/27/brasil-maior-aumento-corrupcao-percecionada-portugal-mantem-28-lugar-transparencia-internacional/>
- OECD. (2011). Guião de boas práticas para a prevenção e o combate à corrupção na Administração Pública. Organismos Estratégicos Do Controlo Interno da CPLP.
- Oliveira, A. (2010). “Composição da Despesa Pública e Crescimento Económico”. Artigo 04/2010. GPEARI - MFAP
- Oliveira, A; Thomaz, R, and Hasegawa, M. (sd). Gastos Públicos e Crescimento Económico. Anpec. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i2e200ea51c77240495ca9603896a00e64.pdf
- Online library. (s.d). Accounting for Corruption: Economic Structure, Democracy and Trade. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/0020-8833.00147/abstract>
- P. Aghion, U. Akcigit, J. Cagé, W. Kerr. (2016). Taxation, corruption and growth. *European Economic Review* 86, pp. 24-51. Elsevier
- P. Méon & K. Sekkat. (2005). Does corruption grease or sand the wheels of growth?. *Public Choice*. 122. pp. 69-97
- Pardini, D.J; Machado, D.C; Costa, Y. (2013). Organizational corruption: practices and anti-corruption controls in Brazilian banks. In: *European Group of Organization Studies (EGOS), 29., 2013, Montreal (CAN)*. Montreal: EGOS, 2013
- Pellegrini, L. (2011), *Corruption, Development and the Environment*. Dordrecht: Springer, 5–111
- Pelligrini, L., & Gerlagh, R. (2004). Corruption’s effect on growth and its transmission channels. *Kyklos*, 57(3), 429–456.
- Pieroni, Luca, Dunne, J.Paul, D’Agostino, Giorgio. (2016). “Government Spending, Corruption and Economic Growth”. *Journal Elsevier*. Vol.84. p 190-205
- Plosser. Charles. (1992). The search for growth. *Proceedings – Economic Policy Symposium – Jackson Hole*. pp. 57-86
- Portada. (s.d). Taxa de Investimento em Portugal. Disponível em: <https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Capítulo IX: Referências

- Público. (04/07/2016). Corrupção e Crescimento. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/07/04/economia/opiniao/corruptao-e-crescimento-1737231>
- Público. (2016). Metade dos Portugueses considera a corrupção um dos maiores problemas do país. Disponível em: <https://www.publico.pt/2016/11/16/politica/noticia/metade-dos-portugueses-considera-a-corrupcao-um-dos-maiores-problemas-do-pais-1751141>
- R. Cunha, S. Serra & M. M. Costa. (2012). Medidas de Combate à Corrupção em Portugal. Book of Proceedings –Tourism and Management Studies International Conference Algarve 2012 vol.2. Universidade do Algarve
- R. Dzhumashev. (2013). “Corruption and growth: The role of governance, public spending, and economic development”. *Economic Modelling* 37, pp. 202–215, Elsevier
- R. Reis. (2014). *Sistemas Fiscais e Crescimento Económico*. Universidade de Coimbra
- Rocha, L; Khan, A; Lima, P. and Poz, M. (2014). Corrupção e Crescimento: os impactos da corrupção ponderados pelos diferentes graus de eficiência entre as firmas. *Estud. Econom.*, São Paulo, vol.46, n.4, p.783-822, out.- dez. 2016
- Rodrigues, Inês. (2013). “A crise e o relato de sustentabilidade no setor bancário: o caso português”. Faculdade de Economia – Universidade do Porto. p 1-51
- Rose – Ackerman, S. (1975). The Economics of Corruption. *Journal of Public Economics*, v. 4, n. 2, p.187-203
- Rose - Ackerman, Susan. (1999). The Economics of Corruption. *Journal of Public Economics*, v. 4, n. 2, p.187-203
- Rose-Ackerman, Susan, (1999). *Corruption and Government*. Cambridge University Press, Cambridge, UK
- Sandholtz, Wayne and Koetzle, William. (2000). Accounting for Corruption: Economic Structure, Democracy and Trade. *International Studies Quarterly*. Vol. 44. pp. 31-50
- Santos, M. Widmila. (2013). “Corrupção e seus Reflexos na Economia”. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. p 1-21
- Schwartzman, Simon. (2008). *Coesão social, democracia e corrupção*. São Paulo: Corporacion de Estudios para Latinoamerica, p. 37
- Schwartzman. Org. (s.d). Corrupção. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/corruptao.pdf>

Capítulo IX: Referências

- Shera, Adela. (2011). “Corruption and the Impact on the Economic Growth”. *Journal of Information Technology and Economic Development*. p 39-53
- Shibata, Akihisa, Okada, Keisuke, Kunieda, Takuma. (2014). “Corruption, capital account liberalization, and economic growth: Theory and evidence”. *Journal Elsevier*. p 80-108
- Shleifer, A. and Vishny, R. W. (1993). *Corruption*. *Quarterly Journal of Economics* 108(3): 599-617
- Silva, M. F. G; Garcia, F; Bandeira, A.C. (2001). How does corruption hurt growth? Evidences about the effects of corruption on factors productivity and per capita income.
- Simon, Julian. (1981). *The Ultimate Resource*. Princeton University Press. pp. 1-734
- Sjaifudian, Shetifah, (1997), “Graft and the Small Business,” *Far Eastern Economic Review*, October 16, p. 32.
- Sousa, L. de (2008), “‘I don’t bribe, I just pull strings’: Assessing the fluidity of social representations of corruption in Portuguese society’, *Perspectives on European Politics and Society* 9: 1, pp. 8–23.
- Stockman, Alan. (1981). Anticipated inflation and the capital stock in a cash in-advance economy. *Journal of Monetary Economics*, Vol. 8, ISSUE 3, pp. 387-393
- Sua Pesquisa. (s.d). Biografia de Maquievel. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/biografias/maquiavel.htm>
- Swaleheen, Mushfiq. (2009). “Economic Growth with endogenous corruption: an empirical study”. *Public Choice*. 146: p 23-41
- Swaleheen. M. (2009). “Economic growth with endogenous corruption: na empirical study. *Public Choice* (2011) 146: 23-41
- T. Kunieda, K.Okada, A. Shibata. (2014). “Corruption, capital account liberalization, and economic growth: Theory and evidence”. *International Economics* 139, pp. 80–108, Elsevier
- Tanzi, V. (4/12/1998). *Corruption Around the World – Causes, Consequences, Scope and Cures*. IMF Staff Papers Vol. 45, No. 4
- Tanzi, Vito and Hamid Davoodi (1997): “Corruption, Public Investment, and Growth”, *International Monetary Fund Working Paper*, 97/139.
- The Global Economy. (s.d). Estabilidade Política por País. Disponível em: https://pt.theglobaleconomy.com/rankings/wb_political_stability/

Capítulo IX: Referências

The World Bank (2010), “Silent and Lethal: How Quiet Corruption Undermines Africa’s Development Efforts,” Washington, DC

Transparency. Org. (31/07/2012). Must address financial integrity as corruption surges through major banking. Disponível em: <http://blog.transparency.org/2012/07/31/g20-must-address-financial-integrity-as-corruption-surges-through-major-banking/>

Transparência. (2016). Índice de Perceção da Corrupção. Disponível em: <https://transparencia.pt/2016/01/27/cpi2015/>

Transparência. (s.d). ITM. Disponível em: <https://transparencia.pt/itm-2017/>

Transparência. (s.d.) Índice de Transparência Municipal. Disponível em: <https://transparencia.pt/projetos/indice-de-transparencia-municipal/>

Transparency. (s.d). Corruption Perception Index 2016. Disponível em: https://www.transparency.org/whatwedo/publication/corruption_perceptions_index_2016

Transparency. (sd). Startegy 2020. Disponível em: http://www.transparency.org/whoware/organisation/strategy_2020/1/

Transparency.Org. (s.d) Juntos contra a corrupção. Disponível em: http://www.transparency.org/whatwedo/publication/juntos_contra_la_corrupcion_estrat egia_2020_de_transparency_international

Transparency.Org. (s.d). CPI 2015. Disponível em: <https://www.transparency.org/cpi2015/>

Transparency.Org. (s.d). Declaração. Disponível em: <https://www.transparency.org/declaration/en>

Transparency.Org. (s.d). Índice de Perceção da Corrupção 2016 - Resources. Disponível em: https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016#resources

Transparency.Org. (s.d). Índice de Perceção da Corrupção 2016. Disponível em: https://www.transparency.org/whatwedo/publication/corruption_perceptions_index_2016

Transparency.Org. 2012. G20 must address financial integrity as corruption surges through major banking. Disponível em: <http://blog.transparency.org/2012/07/31/g20-must-address-financial-integrity-as-corruption-surges-through-major-banking/>

Capítulo IX: Referências

- Transparency.Org. 2016. Índice de Perceção da Corrupção. Disponível em: https://www.transparency.org/whatwedo/publication/corruption_perceptions_index_2016
- Transparency.org. 2016. Strategy 2020. Disponível em: http://www.transparency.org/howeare/organisation/strategy_2020/1/
- TSF. (2016). Corrupção continua a ser um dos principais problemas em Portugal. Disponível em: <http://www.tsf.pt/sociedade/justica/interior/corruptao-continua-a-ser-um-dos-principais-problemas-em-portugal-5500408.html>
- Ugur, Mehmet. (2014). “Corruption’s Direct Effects on Per Capita Income Growth: A Meta-Analysis”. *Journal of Economic Surveys*. Vol. 28. N.3. p 472-490
- Ugur. (2014). CORRUPTION'S DIRECT EFFECTS ON PER-CAPITA INCOME GROWTH: A META-ANALYSIS. *Journal of Economic Surveys*
University of Tokyo.
- Uzawa. Hirofumi. (1965). Optimum Technical Change in An Aggregative Model of Economic Growth. *International Economic Review*, Vol. 6, No.1, pp. 18-31
- Vaal, A. and Ebben, W. 2011. “Institutions and the Relation between *Corruption* and Economic Growth.” *Review of Development Economics*
- Veiga, F. (2013). “Instituições, Estabilidade Política e Desempenho Económico Implicações para Portugal”, Universidade do Minho
- Visão. (15/12/2015). A lista da Transparência Internacional. Disponível em: <http://visao.sapo.pt/opiniao/otrabalhoseosdias/2015-12-15-A-lista-da-Transparencia-Internacional>
- W. Santos. (2013). *Corrupção e seus reflexos na Economia*. São Paulo
- World Bank. (s.d). Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt>
- Wright, A and Craigwell, R. (s.d). Economic Growth and Corruption in Developing Economies: Evidence from linear and non-linear panel causality tests. Central Bank of Barbados and Department of Economics University of the West Indies, Cave Hill Campus
- Wright, Allan S., Craigwell, Roland. (2013). “Economic Growth and Corruption in Developing Economies: Evidence From Linear And Non-Linear Panel Causality Tests”. Central Bank of Barbados and Department of Economics. p 1-23